

Introdução

A presente dissertação enquadrada no Mestrado em Sociologia- Especialização em Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável, leccionado na Universidade de Évora, tem como tema *Institucionalização na Ótica das Redes Sociais: uma Abordagem Sociológica da Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro*. Surge com o intuito de apresentar um estudo sociológico inovador, de um fenómeno pouco explorado, sendo este as redes sociais na vertente da institucionalização.

Assim, o presente estudo delineou-se em torno da metodologia da análise de redes, articulando-a com o processo de integração de menores numa instituição de acolhimento.

O tema em questão é pertinente, na medida em que suscita interesse em compreender que tipos de relações existem entre estas jovens e quais as dinâmicas que as sustentam no quadro de uma instituição.

Numa perspetiva de entendimento da problemática, o presente trabalho permitirá perceber como é que as jovens institucionalizadas se adaptam e que redes de contatos constroem, procurando responder aos seguintes objetivos:

Objetivos Gerais:

- *Descrever o processo de integração social de jovens numa instituição de apoio social;*
- *Identificar as dinâmicas da rede social de pós-integração na instituição de acolhimento.*

Objetivos Específicos:

- a) Identificar as causas da institucionalização dos menores;
- b) Descrever os vários tipos de rede social das menores;
- c) Identificar os posicionamentos dos atores que interferem na rede de apoio social;
- d) Identificar dinâmicas de interação social na rede;
- e) Descrever as lógicas de poder e de ação na rede das menores.

Tendo base nalgumas questões teóricas pertinentes a esta temática, iremos delinear o estudo a partir das Políticas Sociais em Portugal, Políticas Sociais direcionadas para os jovens e, quais as dinâmicas dos jovens institucionalizados, tendo em conta as relações que se estabelecem dentro da organização.

Deste modo, podemos elaborar uma breve introdução sobre as redes sociais de modo a adiantar o tema. Assim, o conceito de “*rede social*” surgiu cerca dos anos 30 e 40, o qual era um termo utilizado em sentido figurado mas ao longo do tempo tornou-se muito importante para a Sociologia (Portugal, 2007). É possível afirmar que este facto se deve à evolução das comunicações entre os indivíduos, de forma a facilitar o desenvolvimento das relações entre estes. De certo modo, todas as acções que fazemos no nosso quotidiano geram redes de contactos das quais não nos apercebemos.

Este facto surge, pois o Ser Humano é um Ser Social que necessita de socializar com outros indivíduos. Por exemplo, uma criança que frequenta o infantário possui uma rede e se lhe for questionada qual o/a melhor amiga/a, esta dirá que é a amiga A ou B e, de acordo com esta resposta conseguiremos identificar o *alter ego* da criança. Deste modo, através do processo de socialização criamos uma rede de contactos, que contem os indivíduos que nos são mais próximos.

Ao longo dos tempos e através dos estudos elaborados à análise das redes sociais, foi possível perceber que as redes são definidas com base nas relações com a família e os outros (Portugal, 2006), e a partir destas formam-se outros tipos de laços.

Assim, a análise das redes sociais tem como intuito estudar que tipo de relação existe entre vários indivíduos, podem ser familiares, amigos, colegas de trabalho, entre outros, e dada a importância que tem sido atribuída ao longo do tempo, esta temática tem sido dinamizada de modo a conseguirmos entender o fenómeno das redes sociais. Assim, os especialistas nesta temática começaram a desenvolver revistas e artigos, fóruns de discussão, *softwares* de análise e obras literárias sobre as redes sociais, de modo a dinamizar e difundir esta temática.

A estruturação da presente dissertação é constituída por seis segmentos de análise e reflexão que foram aprofundados e transmitidos de uma forma perceptível e simples. Estes segmentos estão articulados de modo a obter uma linha de raciocínio relacional, interpretativa e explicativa da temática em estudo.

Assim, esta introdução do estudo visa apresentar a natureza da pesquisa intrínseca aos vetores primordiais do presente estudo e, através desta apresentação, explorar conceitos inerentes à investigação.

A primeira parte, *“As Redes Sociais. Do Conceito à Linguagem em ARS”*, consiste em aprofundar a temática relacionada com as rede sociais, explicar o que são, quais os tipos, as suas medidas, a sua centralidade, o que são as redes pessoais, entre outros.

Em relação à segunda parte, *“As redes Sociais enquanto teoria e metodologia”* esta pretende abordar e explicar as redes sociais como uma metodologia e como teoria.

A terceira parte, *“As Redes Sociais e as Políticas Sociais de Apoio ao Menor em Portugal”*, consiste em elaborar uma articulação entre as ARS e as Políticas Sociais, explicar que Políticas Sociais existem em Portugal.

Relativamente à quarta parte, *“Uma abordagem sociológica sobre as redes de apoio a Menores”*, será dado ênfase ao acolhimento institucional, visto que esta é uma das temáticas em estudo.

Na quinta parte, *“Metodologia”*, serão referidos os métodos e as técnicas a utilizar, fazendo uma caracterização do objeto em estudo e será apresentado um esclarecimento sobre as redes de apoio relacionadas ao objeto de estudo.

A sexta e última parte, *“Análise dos Dados”*, consiste em analisar a informação obtida através da metodologia, sendo esta a análise da entrevista e do questionário.

O estudo termina com as Considerações Finais, onde será elaborado um balanço sobre todo o trabalho.

I

As Redes Sociais. Do conceito à Linguagem da ARS

1-As Redes Sociais

1.1-O que são as “Redes Sociais”?

A criação de redes é um fenómeno que existe desde o início das sociedades¹, pois os seres humanos são seres sociáveis e necessitam de outros para viver. Deste modo, entende-se que o Homem é um ser que procura conviver com outros em ambientes sociais, e de certo modo foi construindo redes sociais e pessoais ao longo da sua vida.

Uma rede pode ser detetada com histórias semelhantes e tornam-se num acontecimento entre um vasto conjunto de díades².

Grossetti (2009) refere que a maioria dos autores que trabalham esta questão das redes sociais concorda que para definir uma rede como um conjunto de relações que não implica em si mesmo ou a organização de um escrúpulo ou um sentimento de pertença ou uma fronteira, pois as realidades complicam-se quando há uma interação de componentes principais da rede, sendo estas as Relações Sociais. Desta forma, o conceito não está definido para além da abordagem empírica em observar uma forma exclusiva de laços.

Mas, deve-se ter em conta que uma relação social não é apenas uma construção metodológica, pois também é uma realidade complexa vivida e alcançada pelos actores sociais. Deste modo, é imprescindível atribuir um estatuto ideológico para esta noção, o que origina uma disponibilidade de um plano superior, uma concepção de mundo social inteiro e do espaço que este ocupou nos relacionamentos e nas redes. Para tal, é necessário algum tempo até ser desenvolvida uma teoria geral³.

Segundo Grossetti (2009) uma parte dos investigadores que se dedicam à análise de redes, pretendem incidir essa definição, numa pequena síntese. Neste rol de pesquisadores, especialmente White (1992, 2008), refere que os relacionamentos são apenas um componente de um amplo conjunto que por vezes é intitulado de

¹ Barabasi, citado por Romina Cachia em “Las redes personales a la luz del análisis de redes sociales”, <http://revista-redes.rediris.es>

² White, in “Redes e Historias” <http://revista-redes.rediris.es>

³ Grossetti, in” ¿Qué es una relación social? Un conjunto de mediaciones diádicas” <http://revista-redes.rediris.es>

"contextos", e que muitas vezes não são expressamente mencionados, denominando-se de "formas sociais". Estas formas consistem em estruturas teóricas que substituem os grupos originais, os espaços sociais e/ou outros fenómenos da literatura sociológica.

Nos grupos, as relações díades são estruturações analíticas delineadas pelo investigador de um conjunto de descrições originadas por actores em permanência. *"Cada elo resume as lutas contínuas para o controlo. Cada elo é um equilíbrio estável entre as tentativas rivais de controlo e, portanto, induz descrições regulares. As ligações descrevem as ligações, mas não é interconexões entre entidades fixas eternas. Os links refletem sempre a atividade entendida pelos observadores e participantes, mas são também envolvidos nesta atividade, como se pode verificar tanto observadores e participantes. O acúmulo de descrições e também a sua evocação noutros links, os modelos de estrutura tendem a ser percebidos como histórias."* (White: 2008)⁴. Este autor realça a dimensão dedutiva ou narrativa da vida social, mas rejeita o conceito de que os efeitos da naturalização das ligações podem conduzir à análise de redes e desobstrui alguns panoramas interessantes.

Grossetti (2009) refere que a definição de White relativamente às redes sociais é demasiado hesitante e dependente de sua própria teoria para ser possível desenvolver uma ferramenta satisfatoriamente resistente.

Outro analista de redes, Ferrand (2007), recentemente formulou uma definição de relação a partir de uma definição sociológica mais clássica, baseada no tipo de norma que funcionam e, define-as como são consumados a partir de⁵:

- Papéis e as regras, sendo a regulação categórica;
- Posição na estrutura de toda a rede controle de grade;
- Fundamentação na confiança mútua de interações passado entre os dois pares, isto é, Norma diádica.

O autor afirma que a definição de Ferrand é bastante acessível, proporcionando um bom quadro, mas compreende interações nos relacionamentos efêmeros como os que

⁴ White citado por Grossetti, in *¿Qué es una relación social? Un conjunto de mediaciones diádicas*" <http://revista-redes.rediris.es>

⁵ Ferrand citado por Grossetti, in *¿Qué es una relación social? Un conjunto de mediaciones diádicas*" <http://revista-redes.rediris.es>

ocorrem com frequência e nas correlações consequentes da orientação nas redes de dois atores, sem contacto direto entre eles.

O verdadeiro conceito de “rede social” surgiu cerca das décadas de 30 e 40, em que era um vocábulo utilizado em sentido figurado e, ao longo do tempo tornou-se muito importante para a Sociologia (Portugal, 2007). Este facto deve-se, em parte, à evolução das comunicações entre os indivíduos, facilitando o desenvolvimento das relações entre estes. Consequentemente, os analistas de rede têm desenvolvido métodos sofisticados de recolha de informação e análise de estruturas das relações.

Moreno⁶, psicólogo social de origem romena da década de 30, sugeriu encarar como “*átomo social*” (do inglês “*social atom*”), não apenas o indivíduo, mas também todos as relações individuais e interpessoais de simpatia e renúncia, as quais rodeiam o indivíduo. Através deste ponto de vista, reconhece-se o campo intelectual entre o objeto do grupo, a forma elementar de ordem social, e as paixões de apreensão individual e de personalidade. Através de alguns estudos, Moreno verificou que um grupo de indivíduos estava relacionado por uma espécie de “*rede*”. Assim, identificado o conceito foi possível verificar a existência de relações que superavam a divisa dos grupos, atribuindo-lhes uma posição teórica exata.

Deste modo, Moreno dividiu este fenómeno em duas partes, de modo a tentar explicá-lo:

- Essas redes de relacionamentos são uns fenómenos “estruturados”, o mais informal que possam parecer, não deixando de ser regulamentadas, organizadas e estruturadas pelos princípios que carecem ser esclarecidos;
- É atribuída às redes uma função que permite, de certa forma, a comunicação de informações e contribuem para o fluxo da mesma, formando-se a opinião pública, o que garante a função de controlo social.

Cerca de 20 anos mais tarde, através da observação direta da interação social num estudo a uma paróquia norueguesa, John Barnes⁷ descobriu a importância de determinados sistemas de relações, e interessou-se por duas questões fulcrais, sendo estas: o tipo de estratificação social e o funcionamento do poder. Nessa investigação,

⁶ Moreno citado por Federico De La Rúa em “*La perspectiva del interaccionismo estructural para el análisis de redes sociales*”, in <http://revista-redes.rediris.es>

⁷ Barnes citado por De La Rúa in “*La perspectiva del interaccionismo estructural para el análisis de redes sociales*”, <http://revista-redes.rediris.es>

Barnes verificou que “*não envolve ou unidades, ou fronteiras, ou a coordenação da organização. Isto significa que os laços de amizade e sabidos dos nativos de Bremnes foram em parte herdados, mas sobretudo estabelecer [...] a maioria dessas ligações entre pessoas que se identificam como um estado mais ou menos igual e, penso eu, que poderíamos dizer que esses títulos são os sistemas de classe de Bremnes*⁸”. Assim, o autor concluiu o seguinte: de certa forma, os atores avaliam a sua posição social dentro da rede em que estão especialmente em contacto com outros atores pouco diferentes e, apesar de saber que existem diferenças de económico-sociais, podem ser considerados como iguais; no entanto, se cada ator associado a outros na rede de diferentes formas permitir o surgimento de uma discórdia séria e conflituosa, poderá colocar em risco esses laços. Podemos assim deduzir que a rede tem como efeito funcional evitar o conflito entre os diferentes níveis de poder da comunidade.

Deste modo, podemos afirmar que os exemplos são significativos para entendermos a variedade de abordagens que especifica o conceito de rede, e uma parte das relações entre indivíduos ou grupos, o que conduz à ideia de regulação social pelas redes e de fluxo de informação.

Mais tarde, nos anos 70, com o desenvolvimento das novas tecnologias, esta temática passou a ter alguma importância e foi possível desenvolver as análises de redes (Cachia, 2010).

De La Rua⁹ refere que o conceito de rede pode ser encontrado em quase todas as áreas científicas, principalmente nas ciências sociais, tratando-se de uma terminologia que faz parte do vocabulário comum, tendo diversos significados.

As relações sociais podem ser encaradas como atributos integrais e, considerando que a ciência social influente está interessada com os atributos pessoais, como por exemplo a idade, o sexo, a altura, entre outros, a análise de rede está preocupado com os atributos de pares de indivíduos, dos quais as relações paralelas são o tipo principal. Deste modo, temos alguns exemplos de atributos integrais, tais como:

- Parentesco: irmão, pai, tia, prima, etc.;
- Papéis sociais: superior hierárquico, professor, amigo, etc.;

⁸ “*ni unidades, ni fronteras; ni organización de coordinación. Está constituido por los lazos de amistad y conocidos que todo nativo de Bremnes hereda en parte, pero que sobretudo instaure por si mismo [...] la mayor parte de dichos lazos existen entre personas que reconocen tener un estatus aproximadamente igual y, yo pienso, que se podría decir que estos lazos constituyen el sistema de clases de Bremnes*”.

⁹ Rua in “*La perspectiva del interaccionismo estructural para el análisis de redes sociales*”

- Afectivo: gosta, respeita, odeia, etc.;
- Cognitiva: conhecimento, vê como semelhante,...;
- Actividades: palestras para, almoça com, ataques,...;
- Fluxos: número de carros circulando numa cidade, etc.;
- Distância: número de quilómetros entre;
- Co-ocorrência: tem a mesma cor do cabelo, a mesma cor de olhos,
- Matemática: duas ligações removidos, etc.

Deste ponto de vista, e do ponto de vista profissional foi-se elaborando e constituindo ao longo do tempo, um grupo crescente de estruturas de consultores profissionais, *softwares* de cariz social, bem como colaboradores de instituições neste campo de trabalho.

Deste modo, é usual levantarem-se questões como “*o que entendemos por rede, redes sociais, a ciência de rede ou de análise de rede social?*” (Molina; 2008:36)¹⁰. À primeira vista, podemos dizer que um sinal positivo de um assunto ou área do conhecimento consiste na dificuldade em estabelecer limites. As terminologias que nos permitem identificar diferentes públicos são sempre injunções impercetíveis, pois para falar de qualquer “*país*”, por exemplo, abrange o acréscimo instantaneamente após “*muito diferente*” (Molina; 2008:36). Esta dissemelhança foi alcançando, em termos de redes, alguma institucionalização, um centro seguro e uma periferia diversa que permite a continuidade e identidade. Este é um meio comum que temos avançado para o conhecimento, das “Redes”.

Citando Molina *et. al.* (2003) “*O primeiro uso do conceito de rede social, o metafórico, está naturalmente presente. Propomos falar ao invés uso metafórico na medida em que levanta questões de pesquisa a partir de uma perspectiva de rede.*”

Molina refere que o uso do conceito de *rede social* e a intervenção de diagnóstico e participação, utilizam diagramas de rede como um elemento de trabalho, usado em projetos e da participação popular em projetos de desenvolvimento locais. O autor refere também que no conceito de rede social e na análise da rede social formal em si, empregam elementos da teoria dos gráficos.

¹⁰ In *Redes 2018. Un ensayo prospectivo sobre el campo de las redes sociales*, publicado em <http://revista-redes.rediris.es>

Existem três tipos de variáveis de redes sociais e devidos substantivos, sendo estes: Efeitos Substantivos das Variáveis de Redes Sociais; Determinantes Substantivos de Variáveis de Redes Sociais e; Determinantes da Rede de Variáveis de Rede Sociais¹¹.

Em relação aos Efeitos Substantivos das Variáveis de Redes Sociais, estes cingem-se a atributos relacionados com a *Ego* rede (o acesso aos recursos, de saúde mental/física), a Proximidade da rede (a influência, difusão), e a Homogeneidade de posição (semelhança de riscos, oportunidades, resultados).

No que diz respeito aos Determinantes Substantivos de Variáveis de Redes Sociais estes podem ser determinantes de Personalidade (qual a centralidade), de Similaridade (laços de amizade, parentesco), Redução de dissonância cognitiva (concisão) e, "*Networking*" Estratégico.

Por fim, os Determinantes da Rede de Variáveis de Rede Sociais estão relacionados apenas com a relação entre densidade e centralidade das ligações.

Através dos estudos elaborados à análise das redes sociais, foi possível perceber que as redes são definidas com base nas relações com a família e com os outros (Portugal, 2006), e a partir destas formam-se outro tipo de laços.

Segundo esta linha de raciocínio, podemos afirmar que as redes sociais consistem em estruturas sociais que agrupam indivíduos ou organizações, com diversos tipos de relações, que possuem um interesse comum.

Sendo assim, a análise das redes sociais visa estudar que tipo de relação existe entre vários indivíduos, que podem ser familiares, amigos, colegas de trabalho, entre outros.

Para Borgatti, a análise de redes difere dos outros métodos de investigação que se centram nas características individuais, pois ao contrário dos principais estudos das ciências sociais que exploram os atributos individuais, como por exemplo a idade, a análise de redes sociais centra-se nas relações paralelas ou múltiplas.

¹¹ Cachia, in "*Las redes personales a la luz del análisis de redes sociales*"

1.2- A Análise de Redes Sociais

Ao longo do tempo, esta temática tem sido dinamizada de modo a conseguirmos entender o fenómeno das redes sociais. Como marcas desta dinâmica encontramos revistas e artigos, fóruns de discussão, *softwares* de análise e, obras literárias.

Assim, a Análise de Redes é o estudo das relações sociais entre um conjunto de atores. O seu campo de estudo incide-se no conjunto de fenómenos ou de dados que procuramos compreender. Neste campo, os pesquisadores expandiram um conjunto de redes de peculiares perspectivas teóricas também e, algumas das características destas perspectivas são:¹²

- Foco nas relações entre os atores em vez dos seus atributos;
- Sentido de interdependência: isto é, uma visão global em vez de específica;
- Abrange os resultados da estrutura de fundo;
- Efeitos emergentes.

A temática de redes é interessante para a teoria de sistemas e complexidade, a qual pode ser caracterizada e distinguida como uma técnica metodológica utilizada para a recolha de dados, ou até como análise estatística abrangente.

A Análise das Redes Sociais (ARS), ao contrário das lógicas atributivas da sociologia, centra-se nos estudos de relações e não nos atributos dos elementos. “*A ideia base que está subjacente a esta aproximação é de que a estrutura de relações tem poder explicativo maior que os atributos pessoais dos membros que compõem o sistema*” (Molina, 2001:13).

Para Knobe & Kuklinski (1982) e Wasserman & Faust (1994)¹³ a ARS baseia-se na suposição em que os atores participam num sistema social com outros atores, onde as suas relações formam redes significativas. É referido também que a análise de redes evoluiu como um método de análise das estruturas sociais, com o intuito de investigar o aspeto relacional destas estruturas (Scout, 1992; Wasserman e Faust, 1994).

¹² <http://www.analytictech.com/networks/whatis.htm>

¹³ Citados por Romina Cachia em “*Las redes personales a la luz del análisis de redes sociales*”, <http://revista-redes.rediris.es>

Newman (2003)¹⁴ refere que maioritariamente os casos de análises de redes sociais tem como intuito divulgar a estrutura e a composição de uma rede em particular assim como questões como:

- Centralidade: quais os indivíduos que melhor se relacionam com outros;
- Conectividade: como estão os indivíduos ligados/relacionados ou não estão ligados/relacionados.

Deste modo, McCarty (2002) refere que os dados obtidos através da ARS permitem aos investigadores aplicar uma serie de técnicas de análise de matrizes, entre as quais algumas específicas da análise de redes e outras utilizadas em estatística, de forma a extrair padrões de relação.

Em ARS, a terminologia de ator ou atores, refere-se aos indivíduos que estão no seio de uma rede, enquanto os laços se referem às conexões entre os indivíduos de uma rede.

Segundo Portugal (2003), a análise de redes sociais tem sido marcada por abordagens quantitativas e pela tentativa de matematização, sendo que esta tendência não implica a exclusão de outras abordagens. As abordagens quantitativas tendem a descrever a morfologia e a estrutura das redes construindo uma visão estática dos laços sociais, tornando-se estes “ossificados”.

1.2.1- Medidas de análise de redes sociais

Segundo Adams (2008)¹⁵ a análise de redes sociais possui várias técnicas de análise, as quais podem ser classificadas da seguinte forma:

- Nó e delimitação da composição: técnica utilizada para medir a relação entre o “ego” e o “alter”, com o intuito de obter as propriedades que descrevem a composição dos nós e os seus limites e, as que descrevem a sua distribuição;
- Posição: em relação a este método, é permitido aos investigadores determinar a posição dos nós da rede, onde a recolha destes dados permite entender onde os

¹⁴ *Ídem*

¹⁵ Citado por Cachia, in ““Las redes personales a la luz del análisis de redes sociales”, <http://revista-redes.rediris.es>

atores estão posicionados, que caminhos existem entre os diferentes nós e onde estão localizados em toda a rede;

- Propriedades da rede completa: esta técnica preocupa-se em tentar descrever os padrões de conectividade dentro de uma rede.

Todas estas técnicas podem ser utilizadas dependendo do objetivo de estudo. Em relação à posição, podemos analisar a posição e complementar propriedades de rede, sendo estas a centralidade e a deteção de cliques.

No que diz respeito à centralidade, o ator com mais laços é geralmente identificado como o centro dessa rede. Na terminologia da ARS, este ator é o mais centralizado possível. Como explica Freeman (1978), a posição do interveniente em causa cai sobre a linha geodésica, entre o maior número possível de agentes, localizando-se a uma distância mínima de todos os outros atores. Foi demonstrado em vários estudos a sua legitimidade como um atributo estrutural importante para a ARS, como por exemplo, em estudos de organizações, posições dentro das indústrias, e integração política sobre os padrões de difusão de inovações tecnológicas.

A ARS desenvolveu vários métodos de estudos das medidas de centralidades, tal como Hanneman & Riddle (2005) no refere no quadro seguinte:

Quadro n^o1: Medidas de Centralidade

Medidas de centralidade		
Centralidade de proximidade	Distâncias geodésicas	Número de formas alternativas de calcular a distância e proximidade de cada ator.
	Alcance	A medida de proximidade entre cada ator ou qual a proporção de distância.
	Auto-vector de distâncias geodésicas	Os agentes mais centrais com terminal de estrutura global ou a média da rede.
Centralidade de mediação	Aproximação de Freeman às relações binárias	Quanto mais pessoas dependem de um nó, mais poder tem este. No entanto se há mais do um ator conectado pelo mesmo nó, e há um outro nó que não está conectado, este vai perder poder. São caracterizados os atores com vantagem posicional e com maior poder, pois estão a menor distância doutros pares de atores.
	Centralidade de fluxo	Quando há dois atores que querem ter

		uma relação mas há uma linha geodésica que está bloqueada pelo nó sem disposição para o contacto. Se houver alternativa, os atores irão procurar outro caminho, mesmo que seja mais longo e menos eficaz. Este método pressupõe que os atores utilizem todos os caminhos existentes, independentemente das distâncias.
--	--	--

Fonte: Hanneman & Riddle, adaptado por Romina Cachia em “Las redes personales a la luz del análisis de redes sociales”, <http://revista-redes.rediris.es>

Em relação à deteção de Cliques, pretende-se encontrar onde são mais densas e harmoniosas as ligações entre os atores de uma rede e pretende-se saber qual o lugar ocupado, tal como a sua importância para a ARS. As subestruturas do grupo são constituídas por duplas e triplas conexões (Hanneman & Riddle, 2005). Este nível de análise concentra-se na cooperação e no vínculo dentro de uma rede, podendo ser construída a partir de pequenos elementos compactos e como estes podem ter importância dentro da rede.

Estas formações na própria rede foram determinadas de distintas maneiras na Análise de Rede Social. Sendo elas: cliques, n-cliques², n-clãs, k-plexes³.¹⁶

Assim, o estudo dos cliques baseia-se na certeza de que os atores mantêm conexões e vínculos coerentes entre os mesmos.

1.3- Análise de Redes Pessoais

A crescente complexidade do mundo atual e a impossibilidade de estarmos totalmente advertidos transformam as relações entre os indivíduos numa tarefa tão árdua e importante, particularmente ao nível das redes pessoais. Como tal, pesquisas elaboradas demonstram crescentes níveis de colaboração entre investigadores que

¹⁶ “Um n-clique suporta conexões indiretas por meio de atores intermediários, mas limita a distância máxima através da qual essa interação pode ocorrer indiretamente (Knobe & Kublinski, 1982, p. 58). Uma estrutura de k-Plex é um gráfico com n pontos onde cada ponto está ligado por um caminho de comprimento nk 1 a todos os outros pontos.” Adaptado por Romina Cachia em “Las redes personales a la luz del análisis de redes sociales”, in <http://revista-redes.rediris.es>

trabalham na fronteira das suas áreas de conhecimento. De facto, os mais ambiciosos colaboram com outros investigadores de áreas do conhecimento contíguas ou inteiramente distintos.

Quando aprimoramos o conceito de rede social, verificamos que existem diversas situações sociais nas quais os laços fracos¹⁷ garantem maior flexibilidade no fluxo de informação com conexão, por exemplo, à disponibilidade de novos empregos, no mercado de trabalho e, como consequência, novas oportunidades de mobilidade social.

Aparentemente, as redes sociais são um instrumento que relacionam os indivíduos nas redes pessoais da vida quotidiana, consolidando-se praticamente nas redes de vínculo e amizade dentro da comunidade. Mas, o conceito de redes pessoais tem conjeturas bastante particulares dentro da ARS constituindo, assim um modelo de redes sociais.

Assim, a Rede Pessoal¹⁸ de um indivíduo compila contactos sociais bem como as relações entre eles. Deste modo, as Redes Pessoais são consideradas conjuntos de características variáveis e significativas de um indivíduo que completam as características mais tradicionais como por exemplo, a idade, o sexo, a raça ou a posição de em termos laborais.

A Análise de Redes Pessoais (ARP) centra-se na exploração da rede de um ator, que muitas vezes possui como objetivo comparar os dados provenientes de outras redes pessoais. Estas redes pessoais concentram-se num indivíduo e nos laços que este tem com os outros.

Estas redes pessoais têm como intuito identificar os vínculos de indivíduos, onde quer que chegam, sem estabelecer limites para a rede, em que tal é usual no caso da análise de redes sociais (Wellman, 2005).

Tal como a ARS, a ARP não se resume apenas ao comportamento humano, podendo ser aplicado a qualquer tipo de rede, tal como organizações ou países. Os termos usados neste caso são "*ego*" e "*alter*". "*Ego*" refere-se ao nó central de uma rede e

¹⁷ Em relações pessoais, especialmente os laços de amizade. Os laços fracos são um tipo de laços que se dissolvem com o passar do tempo, por exemplo: dois amigos que frequentam a mesma escola; se um deles mudar de cidade, é provável que a relação se torne mais fraca e acabem mesmo por se deixar de relacionar.

¹⁸ Molina, Nagel et. al. in <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042810018525>

"alter" para os outros nós conectados com o "ego", e em alguns estudos, as redes pessoais referem-se a redes egocêntricas.

Podemos afirmar que ambos os termos se referem a dois tipos diferentes de redes. A rede pessoal é uma rede de "ego" e seu "alter" reproduz uma relação.¹⁹

O ponto de partida é o "ego", e o início de uma rede egocêntrica é uma rede social, através da qual o "ego" e seu "alter" são selecionados. Deste modo, uma rede egocêntrica é formada através de relacionamentos e os limites específicos da rede social e não necessitam conter todos os alter que pertencem a um ego específico dentro de um relacionamento especial. Qualquer rede pode ser analisada como uma série de redes pessoais, tomando como pontos de partida qualquer nó particular na rede²⁰. No entanto, Wellmann (2007) explica que essas redes são delimitadas pelos limites próprios de toda a rede original.

Assim, quando analisamos as disposições sociodemográficas da população-alvo, temos como intento observar as diferenças sociais pertinentes ao motivo que conduzem os atores a relacionarem-se. Deste modo, devemos observar as características do "ego" e do "alter".

1.3.1- Características do "ego"

Quando verificamos as diferenças sociais, estudamos diferenças pertinentes em relação à apreciação feita pelo motivo das suas relações.

Tendo como base um estudo elaborado por Bidart (2009)²¹, "*En busca del contenido de las redes sociales: los "motivos" de las relaciones*", o qual define as características do "ego", pode-se afirmar que o contexto e o motivo dos vínculos estão associados a fatores como: a prática de atividades comuns; o puro prazer de estar em relação; o passado comum. O laço afetivo e a confidencialidade também foram referidos como motivo para as relações. A origem social também é um facto importante, pois são distinguidos os indivíduos de classe social baixa, média e alta. Assim:

¹⁹ Cachia in "*Las redes personales a la luz del análisis de redes sociales*"

²⁰ Wellmann citado por Cachia, in "*Las redes personales a la luz del análisis de redes sociales*"

²¹ "*En busca del contenido de las redes sociales: los "motivos" de las relaciones*", disponível em <http://revista-redes.rediris.es/>

- Classe social baixa: os indivíduos elegem fatores contextuais, como as atividades comuns, o mutuo auxílio, os filhos e os vínculos familiares;
- Classe social média: referem o simples convívio como fundamento relacional;
- Classe social alta: associam o contexto e o vínculo como também os motivos puramente baseados nos vínculos, ou seja, os laços afetivos, e as qualidades do “alter”.

1.3.2- Características do “alter”

Numa relação, é possível analisar quem são os indivíduos centrais e quais os motivos que orientam os vínculos, assim como podemos observar as suas características.

Em relação às características do “alter”, a autora menciona que é admissível aferir quais os indivíduos motivados por esses vínculos e quais as suas características. Estas dividem-se pelo género, e os motivos contextuais são frequentemente referidos se a relação é com um indivíduo do sexo masculino. Relativamente aos indivíduos femininos, os motivos baseados nos vínculos são os eleitos para as relações. O vínculo familiar está mais associado às mulheres e os “amigos em comum” aos homens (Bidart, 2009).

A autora refere que a importância dos sigilos é dirigida mais frequentemente para as mulheres e, em relação ao resto dos motivos do vínculo surge da sequência do sexo do *alter* tende a seguir o sexo do *ego*.

1.3.3- A Construção das Relações Pessoais

A construção das relações pessoais surge, assim, da análise estrutural e deve-se tentar entender de onde estas afluem (Grossetti; 2009).

Nos finais dos anos 70, Claude Fischer (1982) conduziu uma pesquisa empírica muito relevante sobre redes pessoais e restringiu as suas conclusões: *“A maioria dos adultos conhece outras pessoas através da sua família, no trabalho, no bairro, nas organizações, ou através dos seus amigos ou pais, eles continuam a intimidar as pessoas que se encontravam nas condições citadas anteriormente, por exemplo, na escola ou o exército não é comum para os passageiros reunidos num bar, num centro*

comercial ou um local semelhante, para se tornar mais do que apenas breves encontros.”²²

Segundo esta linha de raciocínio, Goffman (1977) refere que as relações têm base em “ (...) fundamentos externos e são o resultado direto e aproximado de mecanismos institucionais (como por exemplo podem ser irmãos e irmãs, clientes, colegas, vizinhos) (...).”²³

Mais tarde, Claire Bidart (1997) afirma que “Não é possível encontrar amigos na rua, no meio da multidão, a partir do nada. Algumas estruturas, determinados lugares, determinados meios de comunicação são relativamente favoráveis para a construção de links, enquanto outros tornam-se muito difíceis”.²⁴

Grossetti (2009) no artigo “¿Qué es una relación social? Un conjunto de mediaciones diádicas” refere que dirigiu uma investigação utilizando o método por Fischer, realizada na região de Toulouse e utilizou um rol de geradores de nomes que constituem uma lista de relações da qual se extraio uma sub-amostra máxima de 5 relações por perguntas complementares e interrogaram 399 indivíduos. Foram referidos 10932 indivíduos, dos quais 1624 responderam a questões complementares.

Quadro nº2: Contextos de construções das redes sociais (Encosta de Toulouse, 2001)

Contexto do Encontro	N	%
Família	487	30,3
Escola	79	4,9
Universidade	79	4,9
Trabalho	218	13,6
Associações	90	5,6
Organizações	466	29
Total família e organizações	953	59,3

²² Claude Fischer citado por Grossetti, in “¿Qué es una relación social? Un conjunto de mediaciones diádicas”

²³ E. Goffman citado por Grossetti, in “¿Qué es una relación social? Un conjunto de mediaciones diádicas”

²⁴ Claire Bidart citada por Grossetti, in “¿Qué es una relación social? Un conjunto de mediaciones diádicas”

Vizinhos	123	7,7
Amigos de infância	17	1,1
Através dos filhos	110	6,8
Através do cônjuge	100	6,2
Por um amigo	202	12,6
Total socialização ("através de...")	429	26,7
Outros (azar, etc.)		6,3
Total	1.606	100,0

Fonte: adaptado de Michel Grossetti, “¿Qué es una relación social? Un conjunto de mediaciones diádicas”

O autor concluiu que os contextos do encontro e as proporções são dependentes do processo de pesquisa e seleção da sub-população para o qual a investigação foi planeada. Grossetti afirma que o que é relevante nos resultados é que estes sucedem da origem de grande parte das relações sociais, contextos coletivos não podem ser reduzidos para o valor de rede (Grossetti; 2001).

Assim, segundo o autor, é necessário organizar um breve estudo teórico de modo a que se possa interpretar com mais pontualidade as formas sociais, que são as alternativas das redes e interação com elas.

1.3.4- A tipologia dos contextos das relações

Quando abordamos a importância das relações inter-pessoais, deparamo-nos a abordar as relações nos grupos. Assim, podemos afirmar que um grupo é um conjunto homogêneo de atores que partilham determinadas características, tendo objetivos comuns. Deste modo, como exemplos de grupos, temos a família, os colegas de trabalho, os moradores de um bairro, entre outros.

Grossetti (2009) exemplifica este facto com a situação de um trabalhador numa empresa, onde esta leva a que o colaborador construa relações com os outros colaboradores. Mas se a empresa falir, os colaboradores irão procurar trabalho noutros locais e a maior parte dos laços fracos irão desaparecer. Algumas ligações irão resistir e, por inúmeras razões (como afinidade intelectual, proximidade social,

concordância no meio) estão fortalecidas e são apenas relações de trabalho que podem ser qualificadas como amizade por parte dos protagonistas. Isto surgiu pois, essas relações no início foram delimitadas fortemente pela organização empresarial, como a divisão de protocolos de trabalho e, seguidamente os indivíduos foram-se gradualmente desligando.

Para o autor, as relações podem também ser instituídas em grupos maiores de indivíduos, tendo em conta os seus elementos, seguindo interações.

É importante afirmar que a dissociação está, obviamente, relacionada com o dinamismo da ligação, isto é, uma das características de um vínculo forte cinge-se ao facto de ser pouco substituível.

Citando Grossetti (2009), podemos referir que *“as relações não nascem somente nos grupos. Uma parte importante entre elas decorre da existência de outras relações: ter uma relação com alguém é aumentar a probabilidade de contacto com aqueles com quem se relaciona também.”*²⁵

Outra situação referida por Mullins (1972) consiste em saber *“por que é que os investigadores entram em contacto uns com os outros”*²⁶ e refere que estes são um conjunto de sujeitos que possuem o mesmo estado cognitivo, relativamente ao mesmo problema ou problemas semelhantes.

Deve-se ter em conta que as relações não são infalivelmente estigmatizadas aos contextos em que são criadas, pois desassociam-se e mudam e, Grossetti verificou esse facto no estudo que aplicou na encosta de Toulouse, referido anteriormente. O quadro seguinte retrata este facto.

Quadro nº3: Antigos e novos “colegas”

Contexto do encontro	Designação atual	Efetivo	%	% Aproximada
Trabalho	Apenas colega	33	15	21
Trabalho	Colega e amigo/a	66	29	64

²⁵ *“Pero las relaciones no nacen solamente en los colectivos. Una parte importante de entre ellas nace de la existencia de otras relaciones: estar en relación con alguien es incrementar la probabilidad de entrar en contacto con aquellos con quienes él también está en relación.”*

²⁶ Mullins (1972) citado por Grossetti (2009), in, *“¿Qué es una relación social? Un conjunto de mediaciones diádicas”*

Trabalho	Apenas amigo/a	82	36	48
Trabalho	Cônjuge ou familiar	29	13	90
Trabalho	Outra designação	15	7	0
Total trabalho		225	100	48
Outro	Apenas colega	9	17	0
Outro	Colega + amigo/a	44	83	52
Total colegas encontrado fora do trabalho		53	100	53

Fonte: adaptado de Michel Grossetti, “¿Qué es una relación social? Un conjunto de mediaciones diádicas”

O autor refere que a classificação de *amigo* atrai relações quando adquire mais intensidade e o quadro seguinte mostra-nos o contexto da estrutura de relações com os indivíduos que são considerados amigos durante da pesquisa.

Quadro nº4: Contexto do encontro dos “amigos”

Contexto do encontro	Amigos	%	% Pelo conjunto das relações (sem contar com a família)
Mesma família	21	3	
Escola	53	7	7
Criança conjunta	14	2	2
1. Família/Infância	11	12	9
Estudos superiores	62	12	7
Trabalho	155	9	19
Associações	62	22	8
2. Estudos sup./ Trabalho/ associações	29	40	34
3. Vizinhos	46	6	11
Pelos filhos	55	8	10
Pelos cônjuges	51	7	9
Por outro amigo	140	19	18
4. Sociabilidade ("por...")	21	34	37
5. Outro (acaso, etc....)	62	9	9
Total	719	100	100

Fonte: adaptado de Michel Grossetti, “¿Qué es una relación social? Un conjunto de mediaciones diádicas”

No quadro anterior podemos observar que as relações de amigos emergem nos mesmos contextos que as relações gerais, de modo que a família possui um papel limitado.

Passar de um contexto preciso a uma designação como “amigo”, é um índice de desagregação das relações e ao falarmos desta, queremos referir o que as constrói e o que herdamos do seu contexto de origem. Relativamente ao caso dos grupos verificou-se que a dissociação implica a criação de recursos de mediação, sendo este facto o que deve acontecer nas relações (Grossetti, 2009).

1.3.5- Relação interpessoal

Afirma-se que a dissociação de uma relação a partir de um contexto de trabalho começa quando a relação supera os papéis previstos para a organização, quando os protagonistas não são substituídos por outros.

Quando termina uma das interações, cada indivíduo adquire uma série de informações que têm em ponderação do seu próprio comportamento. Isto significa que há um conhecimento recíproco que produz um ajuste entre os colegas.

Portanto, é possível afirmar que as relações interpessoais são unicamente definidas através do conhecimento recíproco dos atores, mas no entanto, este facto vai contra o sentido habitual da teoria e análise das redes sociais.

Este facto acontece pois o conhecimento recíproco pode construir-se sem a interação direta dos atores, e as informações podem ser transmitidas por intermediários ou por outros meios de comunicação e, não basta pensar que o conhecimento foi construído pelas interações. É de frisar que o conhecimento pode construir-se entre adversários, ou outro tipo de indivíduos opostos. No entanto, um dos pressupostos implícitos na maior parte da análise de rede consiste em que as relações não são o suficientemente conflituosas de modo a que os recursos possam circular. Estes circulam quando existe um conflito ou uma adversidade entre os atores, isto é, quando um dos atores transmite uma nova informação que o outro pode decodificar, de modo a que o próprio também possa utilizar para a sua vantagem. *“No entanto, na análise de redes geralmente supomos que, mesmo se as pessoas em relação são rivais, elas também estão envolvidas numa espécie de cooperação, pelo menos o mínimo”* (Grossetti, 2009).

O autor refere que o mínimo grau de compromisso relacional consiste em assumir que um indivíduo estabelece uma cooperação, mesmo que seja mínima. Assim, a relação social entre os atores pode ser definida como um conhecimento, ou um compromisso

recíproco fundado sobre interações. Deste modo, é imperativo afirmar que *“a noção de compromisso permite passar facilmente às relações com as organizações ou com grupos, já que o compromisso pode ser tomado como um contrato”* (Grossetti, 2009).

Podemos considerar, assim, o conhecimento e o compromisso como recursos de mediação que têm como intuito enquadrar as interações de forma específica. Interagir com alguém que temos uma relação, implica referências mais particulares do que as que resultam do registo de um coletivo ou num contexto mais amplo.

Cook (2001)²⁷ afirma que o conhecimento e o compromisso produzem outro recurso de mediação, associando-se à noção de relação social, isto é, à confiança. Esta é uma noção muito complexa, pois, a confiança que um indivíduo tem não funciona de forma binária. Isto é, podemos confiar na atitude de um indivíduo mas não na sua capacidade em resolver um problema, ou vice-versa. O que se deve reter é que toda a relação entre indivíduos possui a existência de uma certa confiança entre os mesmos.

Assim, podemos dizer que a relação interpessoal é constituída por um conhecimento e um compromisso recíproco, com base nas interações que originam formas à confiança específica.

1.3.6- As formas sociais e a eficiência nas mediações

Como os atores de uma relação se coordenam num recurso de mediação, estes podem ser de natureza cognitiva e material, como os seguintes (Grossetti,2009):

- Cognitiva: linguagem, informações, padrões culturais, papéis sociais;
- Natureza: meios de comunicação, espaços, sinalização.

Assim, podemos afirmar que cada um possui um impacto específico, o qual funciona como um recurso ou uma limitação, isto é, a área de eficiência de um meio de comunicação pode ser definido pelos utilizadores. Como as mediações são muito variáveis, as diádicas apenas se cingem a dois atores e, quando há um terceiro envolvido deparamo-nos com um grupo. Podemos diferenciar o grupo de rede na forma de dividir os recursos de mediação, pois estes são específicos de cada relação dentro de rede.

²⁷ Citado por Grossetti, *“¿Qué es una relación social? Un conjunto de mediaciones diádicas”*

Deste modo, podemos afirmar que uma relação interpessoal é o resultado de um conjunto de recursos de mediação diádica, que nos permite observar a coordenação entre os atores, a circulação e a transmissão de recursos.

1.4- A Centralidade nas Redes Sociais

Em relação às medidas de centralidade estrutural nas redes sociais, podemos afirmar que estas são revistas e as medidas de existência são avaliadas através da sua consistência com intuições e com a sua interpretabilidade (Freeman; 1979).

Freeman (1978/79) refere que foram descobertas três conceções intuitivas distintas de centralidade e as medidas de existencialidade são desenvolvidas de acordo com estas conceções. Assim, três medidas foram desenvolvidas para cada conceito, sendo que uma absoluta e duas relativas da posição de centralidade uma rede e, ainda foi desenvolvida uma outra de cariz refletivo do grau de centralidade que toda a rede.

1.4.1-A problemática da centralidade

Bavelas (1948) introduziu a ideia de centralidade aplicada à comunicação, pois estava preocupado com esta nos grupos pequenos e divulgou a hipótese de uma relação entre a centralidade estrutural e a influência no grupo.

Através de inúmeras pesquisas, concluiu-se que a centralidade estava relacionada com a eficiência do grupo no problema/resolução, na perceção da liderança e na satisfação pessoal dos participantes²⁸. Estas pesquisas foram realizadas no final da década de 40, inícios da década de 50, no *Group Networks Laboratory*, do M.I.T.²⁹, sob coordenação de Bavelas e com a participação de Leavitt (1949), Smith (1951) e Barrett (1951). Os registos obtidos das pesquisas divulgam o ímpeto para um grande número de mais experiências a partir das décadas de 50 e 60, verificando-se algumas extensões e modificações à elaboração do *design* original obtido no MIT. No entanto, com o acumular de evidências, os resultados tornaram-se confusos e frequentemente contraditórios (Freeman; 1978/79).

²⁸ Freeman (1978/79), *Centrality in Social Networks-Conceptual Clarification*;

²⁹ Massachusetts Institute of Technology

Assim, somando à literatura experimental surge em 1968 Burgess que verificou que a pesquisa não produziu resultados consistentes nem cumulativos, mas sim mostram que a centralidade é relevante na medida em que os grupos se organizam nem que seja para resolver alguns problemas. Estes trabalhos foram revistos por outros autores como Flament (1956/61), Shaw (1964), Rogers e Agarwala-Rogers (1976), Cohn (1964).

Contudo, as aplicações do conceito de centralidade, não têm sido limitados aos estudos experimentais dos grupos problema/solução. Em 1958, Cohn e Marriott utilizaram a ideia de centralidade com o intuito de perceber a integração política no contexto da diversidade na vida social indiana e questionaram-se de como é que uma nação tão grande e heterogénea poderia ser administrada. Concluíram que fosse qual fosse o aspeto da vida social indiana, era unida pelos centros de rede que ligam e interligam diversas ligações numa estrutura coordenada.

Um estudo elaborado por Pitts (1965) sobre as consequências da centralidade nos padrões comunicacionais do desenvolvimento urbano focou uma rede de transporte marítimo de um rio na Rússia Central do século XII. Este estudo teve a intenção de explicar a primazia da moderna cidade de Moscovo como algo emergente de entre muitos lugares nos arredores, a qual se tornou na mais importante estrutura central na rede medieval russa de transportes e comunicações.

Autores como Beauchamp (1965) e Mackenzie (1966) exploraram as implicações da centralidade para a concepção das organizações. Beauchamp sugeriu que a eficiência de uma nova organização combina duas ou mais existências, que podem ser otimizadas através de conexões de subunidades juntas nos seus pontos mais centrais. Por outro lado, Mackenzie afirmou que as relações entre estrutura organizacional e a eficiência deveriam depender da complexidade dos objectos organizacionais.

Em 1974, Czepiel utilizou o conceito de modo a explicar os modelos de difusão da inovação tecnológica da metalurgia, mas as suas conclusões não foram significativas e no entanto ele descobriu que estas empresas eram mais centralizadas nas redes de comunicação informal inter-empresa, sendo as primeiras a adaptar novos processos de distribuição. Nesse mesmo ano, Rogers estudou a emergência de dois tipos de centralidade nas relações inter-organizacionais. O resultado revelou que independentemente do meio em que a centralidade fosse catalogada, algumas organizações tendem a ser consistentemente mais centrais que outras, e parece que a

centralidade nas organizações foi previsível em parte, nas próprias características e em parte nas propriedades da rede na qual estava inserida.

Anexando a estas ilustrações académicas, os conceitos relacionados com a centralidade, mais particularmente para a descentralidade, atraíram as atenções dos indivíduos que trabalham em comunicação e planeamento organizacional. Assim surge uma crescente discussão da democratização da sociedade através da descentralização das decisões. Podemos verificar que esta matéria nos ilustra a ideia clara de centralidade estrutural (Freeman; 1978/79).

Desta forma, o autor refere que a ideia de centralidade está bem presente, e está sendo mobilizada numa extensão ordenada de aplicações, a qual concorda que essa centralidade é uma estrutura importante das redes sociais. Concebe-se que está relacionada com um grau elevado para outros grupos de propriedade e processos importantes. No entanto, não há certamente unanimidade na exactidão do que é a centralidade ou mesmo na sua base conceptual, havendo um pequeno acordo no próprio processo para a sua medição.

Ao longo dos anos, muitas medidas de centralidade foram propostas e o seu desenvolvimento deveria ajudar a clarificar o conceito, especificando os seus componentes e as suas inter-relações. Contudo, no caso da centralidade, o efeito oposto parece ter sido alcançado. Freeman (1978) refere que as bases conceptuais serão investigadas em duas fases:

- Assumir o conceito central como ele se refere à localização de posições ou pontos de redes;
- Examinar o conceito em que é aplicada à estrutura geral de uma rede tomando como um todo.³⁰

Assim, foram introduzidas novas medidas com o objetivo de explicar as bases do conceito de centralidade, e no entanto o autor refere que esta introdução nesta fase é inapropriada, pois o ideal seria que as medidas deveriam crescer fora do esforço teórico avançado. Deveriam ser definidas no contexto de modelo de processo explícito (Freeman; 1978).

³⁰ Freeman (1978), in *“Centrality in Social Networks-Conceptual Clarification”*

Desta forma, a introdução das medidas no contexto presente deve ser entendido simplesmente como um meio clarificante de contexto de centralidade, onde a intenção não é bloquear qualquer tipo de medida de centralidade final.

1.4.2-Teoria dos grafos

Tendo em conta o raciocínio anterior, foi pertinente abordar este tema e podemos afirmar que um grafo consiste num conjunto de pontos e linhas ou limites de conexões pares de pontos (Freeman; 1978).

Freeman (1978) explica que quando dois pontos estão diretamente ligados a um ponto, significa que são adjacentes. O número dos outros pontos que estão adjacentes denomina-se grau desse ponto. Dado um par de pontos desordenados, sendo cada um alcançável através do outro e se apenas existir um padrão, talvez passando por pontos de ligação intermédios. O padrão que começa e acaba no mesmo ponto denomina-se por ciclo.

Quando todos os pontos são alcançados a partir de outro ponto do grafo, denomina-se de ligação. Associando a qualquer padrão, está a distância igual ao número de cantos desse padrão, onde o padrão de ligação mais pequeno de um par de ponto é chamado geodésico.

Qualquer rede de ligação pode ser representada através de um grafo. Cada posição na rede corresponde a um ponto no grafo e cada ligação simétrica de comunicação corresponde a um canto ou linha que liga um par de pontos.

1.4.3-Ponto de centralidade

O ponto de centralidade nas redes sociais consiste no ponto do centro o eixo do círculo, isto significa que é a posição mais central possível. Assim, um indivíduo localizado no centro do eixo é universalmente assumido o ser estruturalmente mais central do que qualquer outra pessoa em qualquer outra posição e em qualquer outra rede de tamanho semelhante. Esta linha de pensamento aparenta ser o mais natural, pois o centro do eixo parece ser uma espécie de posição reverente à estrutura global. O problema consiste em determinar o meio ou meios em que cada posição é estruturalmente única (Freeman; 1978).

Segundo Freeman (1978) quando observamos um grafo, devemos ter em conta as três propriedades estruturais distintas que são unicamente detetoras do centro do eixo. Essa posição tem o máximo grau possível, e recai no meio geodésico entre o maior número de pontos de outros uma vez que é localizado a uma distância mínima a partir de todos os outros pontos, é maximamente estreita a eles.

Deste modo, define-se a propriedade da centralidade onde cada medida está associada a um tipo de base intuitiva ou análise racional da sua própria propriedade estrutural particular.

A conceção intuitiva mais simples consiste no facto do ponto de centralidade ser uma função de um grau de um ponto, sendo simplesmente a contagem do número de outros pontos adjacentes a este.

Shaw (1954)³¹ introduziu a ideia de utilizar o grau como um índice de ponto de centralidade, e com o auxílio de outros escritores que conceberam dessa forma o ponto centralidade, achou aliciante e não se preocupou em discutir ou elaborar os seus fundamentos conceituais em tudo. Para estes autores, a centralidade significa grau. Um ponto com um grau relativamente alto está, de certo modo no meio e, quem definiu o ponto de centralidade em termos de grau, responde à visibilidade ou ao potencial da actividade em comunicação de pontos.

Como o processo de comunicação surge na rede social, o indivíduo que está na posição que facilite o contacto direto entre os outros atores, deve tentar ser encarado pelos outros como um relevante canal de informação. De certo modo, este é um ponto fulcral da comunicação, pelo menos no que respeita aos outros com quem ele está em contato. É plausível que ele desenvolva uma susceptibilidade de estar no principal fluxo de informação na rede e, no extremo oposto acontece o contrário.

As medidas de ponto de centralidade baseadas na totalidade ou em parte no grau ou adjacência de um ponto terão sido desenvolvidas por autores como os seguintes³²:

- Shaw (1954): aparentemente foi fundamentado no ajuste de curva empírica, mas no entanto é absolutamente indecifrável de toda e qualquer perspectiva teórica;
- Faucheux e Moscovici (1960) e Mackenzie (1966): começaram a estudar o grau como o conceito estrutural subjacente para a construção das medidas, mas ligado a uma preocupação com a distribuição estatística das frequências de atividade;

³¹ Citado por Freeman, in “*Centrality in Social Networks-Conceptual Clarification*”

³² Freeman (1978), in “*Centrality in Social Networks-Conceptual Clarification*”

- Garrison (1960) e Pitts (1965): com os seus trabalhos, foi fácil encarnar uma abstracção que pode ser interessante para a noção de grau. Utilizavam a ideia do grau de um ponto a distâncias maiores do que uma. Porém, ambos são confundidos pelo facto de que são funções não só de tamanho do grafo, mas da maior geodésica no mesmo sobre o qual elas são calculadas;
- Rogers (1974): o estudo de Rogers é simples, mas ele é projetado para aplicações especiais onde as possibilidades de proximidade são restritas;
- Czepiel (1974): refere as medidas de centralidade como uma medida relativa simples, mas restrita a um determinado tipo de relação de dependência assimétrica;
- Nieminen (1973, 1974): apenas este autor introduziu uma medida simples, natural e completamente geral de centralidade baseada no grau;
- Kajitani e Maruyama (1976): definem que as medidas são como construídas como um inverso do grau de consistência na sua derivação, é razoável, mas matematicamente estranho para a contagem.

No entanto, para Freeman estas medidas são muitas vezes desnecessárias e complicadas. Tanto Bavelas (1948) como Shaw (1954) sugeriram que quando um individuo está estrategicamente localizado na sequência de comunicação que liga os pares de outros, esse indivíduo é central, e pode influenciar o grupo através da distorção ou omissão de informação durante a transmissão. Shimbel (1953) atribuiu a responsabilidade aos indivíduos que ocupam essa posição no tratamento da informação e, Cohn e Marriott (1958) realçam o seu potencial como coordenadores do processo grupal.

No entanto, Shaw (1954) inclui a contagem de intermediação num complexo empiricamente baseado na medida de centralidade, e não desenvolveu uma medida de intermediação. As medidas directas foram desenvolvidas independentemente por Anthonisse (1971) e Freeman (1977). Assim, determinando a intermediação é simples e continuável quando apenas uma linha geodésica liga cada par de pontos.

Uma outra visão intuitiva da conceção da centralidade do ponto baseia-se no grau de que cada um está perto de todos os outros no grafo. Esta visão está relacionada com o controlo da comunicação mas, de uma maneira um pouco diferente. Isto significa que, o ponto é visto de forma central à extensão que pode evitar o potencial controlo dos outros. Segundo Bavelas (1950), uma posição não-central é a que deve retransmitir as mensagens através dos outros. Deste modo, como Leavitt (1951) sugeriu, a posição central é a que não é dependente de outras como intermediários ou

substitutos das mensagens. De facto, esta ideia faz parte do pensamento de Leavitt que tentou usar, alternadamente, as palavras centralidade e independência. A independência de um ponto é determinada pelas suas proximidades a todos os outros pontos do grafo (Freeman; 1978).

Bavelas (1948) sugeriu uma alternativa racional para a conceção base contígua do ponto de centralidade e propôs que a mensagem original na posição mais central deveria espalhar o conhecimento por toda a rede num tempo mínimo. Beauchamp (1965) levou esta ideia ainda mais a sério quando falava sobre usar a proximidade do desenho organizacional com o óptimo e com a eficiência na comunicação³³.

Hakimi (1965) e Sabidussi (1966) conquistaram esta proximidade geral quando definiram o ponto mais central na rede como o que custava menos em termos financeiros e, era menos demorado durante a comunicação com os outros pontos. Respeitando eficientemente o custo e o tempo, um ponto é central na medida em que as distâncias associadas a todas as suas linhas geodésicas são mínimas. Assim, as distâncias curtas significam poucas mensagens transmitidas, menos tempo e custos baixos.

Esta base de proximidade de medida foi desenvolvida por Bavelas (1950), Beauchamp (1965), Sabidussi (1966), Moxley e Moxley (1974) e Rogers (1974) e, a medida mais simples e natural é a que foi desenvolvida por Sabidussi (1966). Este último sugeriu que a centralidade de um ponto deveria ser medida através da soma das distâncias geodésicas desse mesmo ponto até a todos os outros do grafo. Atualmente, esta é uma medida de um ponto de descentralidade ou centralidade inversa desde que surja como pontos distantes. Assim, a centralidade neste contexto significa proximidade.

1.4.4- Grafo de centralidade

Ao longo das últimas décadas tem decorrido bastante controvérsia acerca do significado do termo *centralidade*, quando este é aplicado às redes sociais e, surge então a visão da centralidade por parte dos grafos. Esta tem sido indicada por autores como Bavelas (1950), Flament (1963), Beauchamp (1965) e Sabidussi (1966). A centralidade como termo aplicado a grafos completos não é definida explicitamente em

³³ Beauchamp citado por Freeman, in “*Centrality in Social Networks-Conceptual Clarification*”

teoria dos grafos, mas parece estar relacionada com a compactação do mesmo (Freeman; 1978).

Os autores abordados anteriormente³⁴ sugeriram que a conceção compacta da teoria dos grafos deveria ser estendida aos estudos das redes sociais e simplesmente denominada por *grafo de centralidade*. As suas medidas são baseadas nas distâncias entre os pontos e o ponto centralidade é definido em termos de proximidade, onde a conceção grafo-teórico de compactação parece ser uma extensão natural da perceção de centralidade. Isto significa que um grafo é compacto na medida em que as distâncias entre os pares dos seus pontos são curtas, pois baseiam-se no inverso da soma ou da distância média dos inter-pontos.

Freeman (1978) fala-nos da vista alternativa emergente a partir da pesquisa substantiva da comunicação nas redes sociais e refere-nos que este facto pode ser verificado a partir de trabalhos como os de Leavitt (1951), Faucheux e Moscovici (1960), Mackenzie (1966), Nieminen (1974) e Freeman (1977). Através desta perspectiva, a centralidade de qualquer rede deve indexar a tendência de um ponto para ser o mais central do que todos os outros na rede. As medidas de centralidade do grafo deste tipo são baseadas nas diferenças entre a centralidade do ponto mais central e de todos os outros. Assim, são catalogados na centralização da rede. Leavitt (1950) proporcionou uma justificação intuitiva e uma demonstração empírica da utilidade da conceção de centralização do grafo com base na preponderância. Ele justificou que a velocidade e a eficiência de uma rede na resolução de problemas, bem como a satisfação dos participantes e a sua perceção de uma estrutura de liderança deveria ser relacionada com a tendência de um único ponto para ser altamente central.

Deste modo, é possível afirmar que para o estudo da temática das Redes Sociais, necessitamos de analisar as medidas de centralidade de grafos com base nas diferenças de centralidades pontuais. O ideal seria que todos os índices de centralização grafo, independentemente do ponto-base sobre a qual elas são construídas, deveriam ter certas características em comum, entre as quais:

- O grau do índice para o qual a centralidade do ponto mais central ultrapassa a centralidade de todos os outros pontos;

³⁴ Bavelas (1950), Flament (1963), Beauchamp (1965) e Sabidussi (1966)

- Cada um deve ser expresso como uma razão de que o excesso para o valor máximo possível de um gráfico que contém o número observado de pontos.

A medida base do grau de centralidade baseada no grafo que reflete a preponderância relativa de um único ponto, foi introduzida nos estudos por Faucheux e Moscovici (1960), Mackenzie (1966) e Nieminen (1973, 1974).

II

A Análise de Redes Sociais enquanto teoria e metodologia

2- A Análise de Redes Sociais enquanto teoria e metodologia. Uma discussão!

2.1- A Análise de Redes Sociais enquanto teoria

Tal como foi referido no capítulo anterior, a maior parte dos autores especialistas em análise de redes sociais definem a rede *“como um conjunto de relações que não implica em si mesmo ou organização de uma consciência ou um sentimento de pertença ou uma fronteira”* (Grossetti; 2009), e a situação envolve os componentes principais da rede, que são as relações sociais. Deste modo, é possível dizer que a ARS *“(...) é um instrumento que nos permite conhecer com alguma profundidade os processos sociais”*.³⁵

Claire Bidart (2009)³⁶, citando Degenne e Forsé (1994), afirma que a análise de redes sociais mostra o impacto que as estruturas relacionais possuem em termos de comportamento, recursos, fluxo de informações, a lógica do poder, entre outros. Para Simmel (1950)³⁷, nas análises executadas pelos autores anteriores a abordagem estrutural foi amplificada citando a preponderância da estrutura ou "forma" das relações em, detrimento de seu "conteúdo". Deste modo, é possível referir que a posição dentro da rede e as igualdades estruturais são os principais determinantes (Bidart, 2009).

Para Bidart (2009), sem ampliar a contraposição que pode esconder muitos pontos de articulação entre *forma* e *conteúdo*, é possível distinguir os estudos dos quais as relações são apenas linhas daqueles que estão empenhados na natureza e qualidades dos pontos de união.

No entanto, o *conteúdo* das relações tem sido sugerido por várias investigações que atestam o estudo das estruturas e, que a *força* do vínculo, a sua origem, o papel de proximidade, e o tipo de mudança são realmente mencionado, mas sem precisão e rapidez (Bidart, 2009).

³⁵ Fialho, J. (2008). *“Redes de Cooperação Interorganizacional - o caso das entidades formadoras do Alentejo Central”* Tese de Doutoramento de Sociologia. Universidade de Évora

³⁶ Bidart (2009), in *“En busca del contenido de las redes sociales: los “motivos” de las relaciones”*

³⁷ Citado por Bidart (2009), in *“En busca del contenido de las redes sociales: los “motivos” de las relaciones”*

Assim, citando Bidart (2009) podemos afirmar que *“as redes sociais são constituídas por relações e a evolução destas diz respeito à estrutura de rede, apenas porque elas aparecem, desaparecem, estão interligados mais ou menos para construir a estrutura.”*

Para Wasserman e Faust (1994), há quatro princípios fundamentais na teoria das redes sociais, sendo estes³⁸:

“ 1) os atores e as suas ações são vistos como interdependentes e não como unidades independentes e autónomas;

2) os laços relacionais entre atores são canais onde circulam fluxos de recursos (materiais e imateriais);

3) os modelos de redes centrados nos indivíduos concebem as estruturas de relações como meios que configuram oportunidades ou constroem a ação individual;

4) os modelos de redes conceptualizam a estrutura (social, económica, política, etc.) como padrões constantes de relações entre atores.”

Para Degenne e Forsé (1994), a ARS admite a passagem das categorias às relações e a maior parte dos sociólogos refere que o comportamento e as opiniões dos indivíduos dependem das estruturas em que estes se inserem.

Após o momento que se defronta o estudo particular da dinâmica das redes, será difícil ignorar as conexões constituintes, os âmbitos que delas brotam, como também as distinções sociais. Os conteúdos também são afetados, tal como as qualidades das ligações que estão envolvidas na evolução das redes e da sua estruturação.

Mas para além de alguns indícios frequentemente constantes dos geradores de nomes, desconhecemos o que ocorre no vínculo. Estes geradores de nomes podem ser os indivíduos mais próximos, com quem se trocou informação, isto é, são os informantes-chave pois fornecem a informação pertinente ao estudo.

Deste modo, é restituído às relações sociais a extensão de unidade básica das redes sociais, abordando em pormenores a razão que estimula a compreender melhor o seu conteúdo. Esta compreensão é executada através da medição da sensibilidade de algumas particularidades sociodemográficas e algumas ligações, de forma a entender a influência da evolução dos relacionamentos.

³⁸ Citados por Portugal, S. (2006). *Contributos para uma discussão de conceito de rede na teoria sociológica*

É de frisar que este facto não consiste em se opor às qualidades do vínculo da estrutura da rede, ou para defender a perspetiva, mas sim combiná-las para que se considere a evidência complementar para a perceção da dinâmica das redes sociais.

2.1.1- O porquê dos vínculos

Quando estudamos a análises redes, encontramos frequentemente associadas características das relações, pois o contexto do encontro é muitas vezes assimilado à função relacional.

O contexto inicial do encontro pode ser muito divergente do quadro actual de atendimento. Isto acontece porque os membros relacionados abandonam a situação inicial: saem da escola; mudam de habitação; mudam de emprego; acabam as férias; entre outros. No entanto, os atores continuam a encontrar-se, mesmo noutras situações.

Após a agregação, podem surgir interações possivelmente diferentes e, ao serem repetidos acumulam-se e tornaram-se mais amplo. Assim, construiu-se a história que ultrapassou da interação para ingressar na relação. As experiências reunidas e autorizadas têm permitido desenvolver expectativas, rotinas e certezas, onde a confiança foi estabelecida (Bidart, 2009).

Allan (1979) citado por Bidart refere que os encontros são motivados e a frequência já não é motivo para a oportunidade e, as mudanças permitiram a dissociação do contexto inicial. Os atores envolvidos no relacionamento tornaram-se indivíduos únicos e não substituíveis. Deste modo, foram então gradualmente amplificadas normas de dependência, que implicitamente definem estruturas e os términos de empenho. Para Ferrand (2006, 2007)³⁹ os *“diferentes modos de regulação exercem-se sobre as ligações e os seus conteúdos cognitivos”*.

Assim, Bidart (2009) afirma que o estudo da relação permite-nos individualizar características decisivas, como as seguintes:

- O contexto original do encontro (escola, trabalho, entre outros);
- As interações (frequência e o tipo de encontro, troca de taxas, ...);
- As qualidades da ligação (distinção da antiguidade ou versatilidade...);

³⁹ Citado por Bidart, in *“En busca del contenido de las redes sociales: los “motivos” de las relaciones”*

- As qualidades dos membros da relação (idade, sexo, educação...);

Também foram comparadas as qualidades desses indivíduos, como a proximidade, a distância geográfica ou social e, mas também as qualidades ligadas ao posicionamento na estrutura de rede, isto é, as medidas de centralidade.

O intuito de nos questionarmos sobre o motivo do vínculo consiste em completar o estudo dessas qualidades e dos consequentes posicionamentos a partir da análise da força que atualmente conduz os atores a esse vínculo. Assim, com base na informação de Bidart (2009) é possível afirmarmos que o motivo de um relacionamento é o que dinamiza a força atrativa entre dois atores, consiste no motivo que vincula, além das diversas particularidades do relacionamento. Deste modo, o motivo é formulado através de elementos dos contextos e das qualidades, das interações e dos vínculos dos atores e, é imperativo tentar compreender exatamente a questão das relações, por quem e com quem.

No entanto, pode existir alguns relacionamentos que o motivo permaneça estreitamente registados no contexto habitual de frequência ou partilha de atividades comuns noutras relações, as quais têm sido destacadas a partir desse contexto (Bidart, 2009).

Assim, na conceção das relações não se esgota o tema das qualidades dos laços que constituem a maior fonte de informação e que são muito eficientes no futuro das relações e, consequentemente, das redes.

2.1.2- Características do vínculo

As características do vínculo ajudam-nos a entender como se articulam com os motivos. Assim, podemos distingui-las em dois tipos, tais como (Bidart, 2009):

Intensidade da relação

Consiste em perceber se a conexão surge da relação com um colega, amigo, simples conhecido ou algum familiar. Excluindo os vínculos familiares e amorosos, as relações com os colegas e conhecidos possuem frequentemente mais motivos contextuais. No entanto as relações com os amigos possuem motivos fundamentados na união do contexto-vínculo e no próprio vínculo. Assim, pode-se afirmar que a dissociação do vínculo dos contextos onde emergem vai em sentido de se intensificar.

Centralidade

Em relação a este aspeto, é utilizada a centralidade do grau que representa o indicador da estrutura de modo a verificar se o vínculo existe em função do lugar que ocupa na estrutura da rede e, tendo assim um ponto entre fatores estruturais e relacionais. Este indicador baseia-se no número de conexões que um alter possui com os outros todos, em relação com o total de conexões possíveis dentro da rede. Para tal, encontramos três classes de centralidade desenvolvidas por Bidart (2009):

- Centralidade nula: consiste nos *alter* que não estão conectados a nenhum outro alter, e devem ser estudados isoladamente;
- Centralidade baixa: é calculada através da média dos *alter*, isto é, os que estão pouco conectados;
- Centralidade alta: consiste nos *alter* que estão muito conectados com outros.

Assim, estas três classes são cruzadas com o motivo do vínculo e obtemos a centralidade.

2.1.3- A evolução temporal dos vínculos

Tal como todos os aspetos relevantes da vida do indivíduo, a evolução dos vínculos é uma dinâmica que deve ser analisada.

Deste modo, Bidart (2009) refere que há três dinâmicas que devem ser exploradas, sendo estas: a antiguidade do vínculo entre o ego e o alter e o crescimento da idade do ego e; a durabilidade dos vínculos. Assim, estas dinâmicas serão diferenciadas:

A antiguidade do vínculo entre o ego e o alter e o crescimento da idade do ego

Nestas duas dinâmicas, foca-se o tempo centrado na relação medindo a antiguidade dos vínculos e cruzando-se com o tipo de motivo. É de frisar que a família é excluída neste estudo, pois tem o vínculo mais antigo.

A durabilidade do vínculo

Pode-se medir a associação entre o motivo e a tendência que tem a estabilizar ou a desaparecer. Assim, a durabilidade pode ser dividida em quatro grupos⁴⁰:

- O "Durável": inclui os *alter* que estão presentes desde o momento que apareceram;
- Os "Perdidos": são englobados os *alter* que tenham interrompido definitivamente de ser indicados num momento ou outro;
- O "efêmero": envolve os *alter* que surgem numa única sequência de recolha e tornam a desaparecer;
- O "intermitente": abarca os *alter* que ocorrem, desaparecem, e voltam outra vez.

A autora refere que há um outro grupo, "sem temporalidade", o qual o *alter* apenas surge uma vez, pois o ego sai para fora do painel para a série seguinte ou quando ocorre apenas logo após a pesquisa.

2.2- A Análise de Redes Sociais enquanto metodologia

Em termos metodológicos, a ARS é um instrumento prático que nos permite conceber os fenómenos sociais mas numa ótica relacional e a sua utilização surge em parte do resultado da "insatisfação com o modelo estrutural- funcionalista clássico"⁴¹. Tendo em conta que a designação de ARS surgiu no seio da antropologia britânica, é possível afirmar que foram desenvolvidos estudos relacionados com os grupos, dirigidos por Gluckman. Para Wellman (1991), Wasserman e Faust (1994) e Mercklé (2004)⁴², muitos antropólogos da década de 50 deram ênfase aos sistemas de redes de relações sociais, desenvolvendo assim, a rede social de uma forma sistemática (Portugal; 2006). Como exemplo deste facto, temos o estudo de Barnes sobre Bremmes, referido no capítulo anterior.

Assim, é possível identificar padrões de interação social, focando os vínculos e fluxos de informação na rede. É também uma ferramenta que nos permite abordar aspetos

⁴⁰ Bidart (2009) "*En busca del contenido de las redes sociales: los "motivos" de las relaciones*"

⁴¹ Boissevain (1974) citado por Portugal, S. (2006) in "*Contributos para uma discussão de conceito de rede na teoria sociológica*"

⁴² Citados por Portugal (2006)

como o conhecimento de vínculos sociais de cariz social, empresarial e ambiental e, aprofundá-las de modo a entender as estruturas sociais tal como as suas dinâmicas.

Seguindo esta linha de raciocínio, é pertinente afirmarmos que a análise de redes sociais é uma metodologia que incide o seu estudo nas relações entre os vários tipos de atores e organizações. Degenne e Forsé (1999)⁴³ referem que a ARS originariamente era aplicada aos sistemas informáticos, telecomunicações, sistemas de transporte, entre outros, e o seu quadro das relações sociais colaborou para o conhecimento de problemas complexos a nível macro, isto é, a integração na estrutura social e, a nível micro, nomeadamente a ação individual.

É importante afirmar-se que uma relação social não consiste apenas numa estruturação metodológica, mas também numa realidade complexa sentida e compreendida pelos atores sociais e deste modo, é necessário atribuir um estatuto teórico para esta conceção.

Deste modo, podemos dizer que a ARS é um método de pesquisa que estuda as relações e os fenómenos sociais, anulando a conceção atributiva dos factos. Este método pode ser aplicado aos estudos das relações de modo a reconhecer as estruturas sociais, onde a própria análise de redes é a única forma de as perceber. Como analisa a realidade social, possibilita ao investigador saber qual o nível de interação entre os indivíduos.

2.3- Fundamentos gerais

Em jeito de conclusão deste capítulo, podemos referir que os motivos derivam de tendências dominantes, bastante precisas em coerência com as noções de conversão e dissociação que foram desenvolvidas por Grossetti (2005)⁴⁴.

É possível referir que estas noções confirmam *“as distinções entre as redes “contextualizada”, “dissociada” e “escolhida” que anteriormente propostos, e Bidart (1997, 1999) e agora estão confirmados na dimensão do tempo”* (Bidart, 2009). Assim, pode-se afirmar que os motivos que beneficiam a dimensão afetiva, referem que o

⁴³ Citados por Fialho, J. (2008). *“Redes de Cooperação Interorganizacional - o caso das entidades formadoras do Alentejo Central”* Tese de Doutoramento de Sociologia. Universidade de Évora

⁴⁴ Citado por Bidart (2009), in *“En busca del contenido de las redes sociales: los “motivos” de las relaciones”*

puro prazer de conviver é um facto muito presentes e, no entanto estes motivos são específicos, merecendo assim análise complementar.

As dimensões demográficas e relacionais também foram analisadas sobre os motivos dos seus vínculos, onde a identificação e análise das suas ações para a mesma relação, questionando os motivos da diversidade de conexões dentro de uma rede e os seus efeitos dinâmicos na estrutura da mesma.

A amizade que desejaríamos que fosse interpessoal, possui no entanto certas normalidades sociais. Assim, é possível estudar os contextos relacionais, as redes sociais, as histórias de amizades a partir de uma perspetiva sociológica⁴⁵.

É também uma perspetiva teórico-metodológica convencionada num discurso estrutural e quantitativo, pois redefine, questiona e discute alguns conceitos teóricos das relações sociais (Fialho, 2008).

É importante referirmos que a análise de redes sociais detém três níveis de análise, como a análise micro, meso e macro. Assim⁴⁶:

- Análise de nível micro: consiste na análise de redes pessoais;
- Análise de nível macro: examina as interações de subsistemas;
- Análise de nível meso: investiga as redes inter-organizacionais.

Assim, a ARS não se limita unicamente à pesquisa das relações físicas como também as de carácter simbólico, sendo assim um procedimento amplo que prevê a especulação de panoramas como a descrição das relações, explicação da causa-efeito-consequência, tal como a evolução das relações e a sua identificação de singularidades (Fialho, 2008).

⁴⁵ <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00197849/fr/>

⁴⁶ Fialho, J. (2008). "*Redes de Cooperação Interorganizacional - o caso das entidades formadoras do Alentejo Central*". Tese de Doutoramento de Sociologia. Universidade de Évora

III

As Redes Sociais e as Políticas Sociais de Apoio ao Menor em Portugal

3- As Redes Sociais e as Políticas Sociais de Apoio ao menor em Portugal

As Políticas Sociais são ações prosseguidas com vista à realização do bem-estar social, colmatando carências em alguns indivíduos. As Políticas Sociais têm vindo a caracterizar-se por uma relativa descontinuidade na sua implementação e, também por uma alteração na sua orientação.

A existência de Políticas Sociais foi ponderada, inicialmente, como um fenómeno relacionado à fundação da sociedade burguesa, ou ao modo capitalista de produzir e reproduzir. Segundo alguns especialistas, o seu início foi assinalado no final do século XIX com a formação e propagação das primeiras leis e medidas de proteção social, propagando-se após a Segunda Guerra Mundial, com o plano Beveridge em 1942 e, com os diversos padrões de proteção social tanto nos países de capitalismo central, como nos países de circunferência.

A avaliação desse universo está relacionada com as conexões entre as classes sociais e os segmentos de classe, além das condições económicas gerais, que de alguma forma, interferem nas opções políticas e económicas dos governos.

O que se tem verificado, mesmo a níveis históricos, resume-se a uma preocupação com o bem-estar da sociedade tendo sempre em conta os mais carenciados, onde o papel do Estado possui relevância nesses processos. Como este facto remonta há muito tempo, podemos referir alguns dos factos históricos como exemplo a comprovar esses acontecimentos, sendo esses:

- O declínio da sociedade feudal e da lei divina entre os séculos XVI e XVII analisando o papel do Estado;
- Na obra de *Maquiavel, O Príncipe*, podemos constatar a mesma preocupação, pois abordava o exercício do poder político por meio do Estado Italiano;
- Hobbes, também em seu *Leviathan* (1651), apontava as ações voluntárias dos homens, que, com intuito de assegurar a liberdade natural e com o medo da violência e da guerra, renegavam a liberdade individual em favor do monarca absoluto;

- Locke, na origem do poder como num acordo estabelecido pelo consentimento mútuo dos indivíduos no sentido de preservar a vida, a liberdade e a propriedade;
- Jean-Jacques Rousseau, com o seu *Contrato Social*, de 1762 e o conceito de que a sociedade civil é imperfeita, pois foi devassada pela propriedade.

Como exemplo de políticas sociais temos: política dos rendimentos; política da população (que inclui política de emigração e a política de proteção aos retornados); da política de educação; política do emprego; política da segurança social; política de proteção da saúde; política de habitação; política da família; entre outros. Algumas políticas estão relacionadas, não podendo ser separadas, como é o caso da política do emprego e do trabalho, a política da segurança social, habitação e família.

A Constituição Portuguesa impôs as políticas sociais como ações destinadas a realizar ou a satisfazer os direitos dos trabalhadores (tanto de cariz cívico como económico), os direitos sociais e o direito à educação.

As Políticas Sociais são fundamentalmente ações públicas, no entanto não é correto encará-las como se elas fossem unicamente atividades estatais. Mesmo que se admitamos que as políticas sociais são definidas simplesmente pelo poder político, que surge em consequência da falta ou das insuficiências da participação dos parceiros de cariz económicos e sociais, há que ter em conta que a execução das mesmas não cabe direta e exclusivamente ao Estado. Não nos referimos apenas ao refúgio da administração indireta do Estado, como também à imposição de necessidades e deveres a entidades particulares e à associação ou cooperação com organizações sociais.

Atualmente, as Políticas Sociais portuguesas desempenham um compromisso entre iniciativas deliberadas do pós-salazarismo e inovações inseridas depois do 25 de Abril de 1974. As exigências de rigor distinguem o que corresponde a uma simples conservação ou a um crescimento das linhas de ação do passado e o que é ou aparenta ser inteiramente novo.

Em relação à evolução das Políticas Sociais nos últimos anos, apresenta uma rapidez de tendências declaradas no pós-salazarismo. Quando emergiu o 25 de Abril, estava em andamento a união da previsão com a proteção oficial e, projetando-se de modo a criar um sistema nacional de saúde, autonomamente da previdência e da assistência.

Nesta época, a legislação do laboral satisfazia a preocupação de garantir a estabilidade no trabalho. Contudo, reconhecia-se a permissão de despedimento por parte das entidades empregadoras. Havia a consciência da criação de um subsídio de desemprego e de estabelecimento de um salário mínimo.

Como tal, a Constituição Portuguesa reconhece que a política da segurança social apoia todos os cidadãos, e teve de ser concebida como um sistema capaz de proteger simultaneamente a população activa e a população carenciada, e cabe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado.

Assim, o sistema social é um complexo estruturado de instituições e grupos sociais que fundam um conjunto social completado e conflitual. Pode ser entendido um espaço característico da articulação entre conflitos e inclusão e, um lugar de relacionamento entre os grupos sociais e as instituições tanto na produção e distribuição de bens e serviços, como na tomada de decisões (Lourenço, 2005).

3.1- Políticas Sociais de Apoio e Combate à Pobreza e Exclusão Social

Tal como em todas as sociedades dinâmicas, existem minorias que necessitam do apoio que a sociedade possa atribuir, de modo a que seja possível combater carências existentes nesses grupos, ditos de risco.

Como exemplos de políticas sociais, o Estado criou instrumentos específicos para algumas situações de combate à exclusão e pobreza social (Lourenço, 2005). Assim, estes instrumentos são:

- Atendimento/Acompanhamento Social: visa apoiar os indivíduos e as famílias com carências, na prevenção e/ou resolução de problemas causadores e gerados por situações de exclusão, assente numa ligação de mutualidade técnico/utente, tendo em conta a promoção de condições auxiliaadoras da sua inserção, através do apoio à elaboração e acompanhamento de um projeto de vida;
- Programa de Luta Contra a Pobreza: programa em que o Estado português assume inteiramente o seu financiamento. É um instrumento renovado de política social territorial, circundando indivíduos e áreas de grande vulnerabilidade à pobreza e exclusão social;

- Subprograma Integrar: está englobado no Programa Saúde e Integração Social, e tem como intuito visa promover a inclusão económica e social dos grupos mais carenciados da população, com prioridade para áreas urbanas ou suburbanas degradadas ou zonas rurais empobrecidas;
- Rendimento Mínimo Garantido (RMG): uma resposta de criada em 1996, que tenta satisfazer as necessidades básicas, sob a forma de uma prestação pecuniária e a inclusão social e laboral dos indivíduos;
- Programa de Apoio Integrado a Idosos – PAII: um programa criado em 1994, com o intuito de apoio a idosos e às famílias, visando principalmente manter a autonomia do idoso no domicílio e certificar a sua mobilidade e acessibilidade a benefícios e serviços
- Programa Ser Criança: criado em 1995, visando a integração familiar e sócio-educativa de crianças em risco de exclusão e marginalização social e familiar, num contexto de novas políticas sociais, inclui a capacidade de concretização de projetos para jovens em situação de risco social, evidenciando condutas anti-sociais ou desviantes, em articulação com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e os Conselhos de Ação Social, quando existam;
- Rede Social: uma medida social ativa, criada em 1997, com o objetivo de ultrapassar um constrangimento existente na intervenção social, sendo a ausência de planeamento integrado nas respostas do plano local e que, ao promover a construção de planos integrados de base territorial, favorece a articulação e adaptação das políticas de âmbito nacional aos problemas e necessidades locais, podendo progressivamente articular-se com outros instrumentos de planeamento.

Assim, podemos afirmar que a evolução da estrutura política, desde o Estado de direito até à configuração do Estado-Providência, pode ser vista como a solução aos problemas que a crescente complexidade da sociedade transmite à estrutura política.

3.1.1- Sistema Político

Em relação ao sistema político pode ser encarado em termos de processo, de fluxo contínuo e entrelaçamento de procedimentos dos agentes sociais, económicos e políticos. Em termos de relação dinâmica, o sistema político pode ser concebido⁴⁷:

- Em termos de capacidade de totalizar e responder. Esta pode ser diferenciada e contraditória às exigências e pressões do meio ambiente;
- Adequado de alterar as suas próprias configurações, na adaptação à repercussão produzida pelos distintos sectores sociais.

Lourenço (2005) refere que o sistema político funciona deste modo, pela interacção entre o conflito e a integração, tendo por base um sistema social onde coexistem lógicas articuladas embora diferentes, da democracia e do mercado que condicionam as medidas de regulação social do Estado.

Assim, o desenvolvimento da estrutura política, desde o Estado de direito até à configuração do Estado-Providência, pode ser encarado como a solução aos problemas que a crescente complexidade social coloca à organização política.

Deste modo, Lourenço (2005) indica que a estrutura do Estado-Providência pode ser caracterizada por 4 dimensões, sendo estas:

- Desenvolvimento de políticas sociais gerais e compensatórias de proteção de determinados indivíduos carenciados;
- Implementação de políticas macroeconómicas e de regulação do âmbito económico privado, de modo a intervir nas disfuncionalidades das regras de mercado;
- Estabelecimento de meios de integração, através da institucionalização da concertação entre parceiros económico-sociais em redor dos grandes objetivos, como por exemplo o crescimento económico e a diminuição das desigualdades sociais;
- Estimulo à produtividade, aprofundamento a divisão científica do trabalho e, estimulando o consumo com base em políticas de proteção social que garantam a segurança dos indivíduos carenciados.

Assim, citando Mozzicafreddo⁴⁸ (1999) é possível afirmar que o Estado tem desenvolvido políticas sociais e de intervenção nas disfuncionalidades sociais “em

⁴⁷ Lourenço, M. (2005). *Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal- Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza*.

torno do modelo universalista. *Todavia, em termos das medidas que foram sendo implementadas, a evolução tendeu mais para um modelo instrumental e seletivo. Significa isto que o processo de estruturação assenta na produção de políticas sociais, de mecanismos da esfera económica e de políticas de concertação social, equacionadas predominantemente como resposta às solicitações imediatas das populações. No entanto, este processo revela-se descontínuo e fragmentado em resultado, quer das diferentes pressões e assimetrias de poder dos grupos sociais, quer dos recursos públicos. Por outra parte, o processo de estruturação do modelo de Estado-Providência parece ser tanto a consequência da mobilização política e social, como a resposta do sistema político às necessidades de gestão do desenvolvimento económico e social”.*

3.2- Políticas Sociais de Apoio à Criança ou Jovem em Portugal

Tendo em conta que o intuito é analisar quais as políticas sociais destinadas ao apoio dos menores é imperativo referir que quando um menor se encontra em situação de risco, os atores competentes estão autorizados a aplicar a Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, sendo esta a *Lei de proteção de crianças e jovens em perigo*. Assim, de acordo com disposto no nº 2 do artigo 3º deste mesmo diploma, o órgão competente na promoção e proteção dos menores é a CPCJ (Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco).

A CPCJ é uma instituição pública oficial, não judiciária, tem autonomia funcional com o intuito de promover os direitos da criança e do jovem e atuar perante situações susceptíveis de risco⁴⁹. Este órgão exerce as suas competências na área do município onde tem sede.

A mediação da CPCJ pode ser desencadeada através de uma participação verbal ou escrita por qualquer indivíduo ou organismo.

⁴⁸ Citado por Lourenço (2005), *Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal- Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza*.

⁴⁹ Situações que afectem a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

3.2.1- Definição de Criança ou Jovem

Nos termos previstos da alínea a) do artigo 5º da Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, criança ou jovem é definido como *“a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos”*.

3.2.2- Criança ou jovem em risco

De acordo com a *Lei de proteção de crianças e jovens*, prevista na Lei 147/99 de 1 de Setembro e, tendo como base no nº 2 do artigo 3º deste mesmo diploma, um menor encontra-se em risco quando está numa das seguintes situações:

- “a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;*
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;*
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;*
- d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;*
- e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;*
- f) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.”*

3.3- Formas de exclusão social e potenciais grupos de risco

O fenómeno da exclusão social manifesta-se no modo de funcionamento do sistema social, económico e político, mas não se iguala unicamente às suas vertentes sistémicas. Assim, a exclusão social assume variados e aspetos que estão associados a vários fatores. É importante referir que as próprias características do modelo económico e social vigente são pertinentes, tal como as características inerentes aos indivíduos que os tornam mais ou menos propensos aos riscos de exclusão.

Assim, de entre as várias categorias de indivíduos mais susceptíveis de risco temos indivíduos⁵⁰:

- Com baixos níveis de escolaridade e qualificação;
- Idosos;
- Crianças e jovens;
- Mulheres em condição de monoparentalidade;
- Analfabetos;
- Portadores de SIDA ou outras doenças socialmente estigmatizadas;
- Indivíduos com deficiências ou incapacidades;
- Minorias étnicas, entre outros.

Deste modo, estes indivíduos exigem uma atenção superior da ação social, nas diversas iniciativas de luta contra a pobreza e a exclusão social e, estratégias diferenciadas.

Para Lourenço (2005) algumas destas categorias estão englobadas na “Restrição”, isto é, são indivíduos com qualificação profissional fraca, idosos e desempregados, que vivem com bastante dificuldade, mas conformadamente, pois maximizam a utilidade dos seus consumos, uma vez que possuem recursos bastante escassos.

Em relação à “Destituição”, é uma condição que significa que o indivíduo vive na pobreza extrema e exclusão social, onde são abrangidos indivíduos com modos de vida marginal, associando o alcoolismo, toxicodependência e doenças crónicas. Assim nesta categoria são incluídos os menores, indivíduos com deficiências e incapacidades, toxicodependentes, reclusos e sem-abrigo.

3.3.1- Mulheres em condição de monoparentalidade

Tendo em conta a definição proposta pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), família monoparental consiste num núcleo familiar constituído por pai com filhos ou mãe ou filhos.

⁵⁰ Lourenço (2005), *Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal- Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza*

De acordo com dados do INE, existem mais mulheres nesta situação do que homens. Na maior parte dos casos, são mulheres que após uma gravidez fora do casamento ou divórcio ficam com a guarda dos filhos.

A questão do género também caracteriza a situação face ao trabalho. Ainda de acordo com os dados do INE, as mulheres em monoparentalidade são consideradas um *handicap* face ao mercado de trabalho.

Assim, é possível dizer que a monoparentalidade para indivíduos com menos recursos, é vista como uma forma estigmatizada e fragilizada, pois a sociedade encara estes casos de um modo negativo.

3.3.2- Crianças

Este é um grupo especialmente vulnerável, pois uma criança ao nascer e crescer num contexto destituído, poucas são as que possuem mecanismos e possibilidades de serem colocados num meio diferente.

A pobreza não consiste apenas na transmissão de bens materiais, sendo este o aspeto visível, mas também na aquisição de atitudes, valores, saberes práticos fundamentais na socialização dos indivíduos.

Deste modo, a insegurança e a imprevisibilidade marcam o crescimento de menor, vincando-se em termos sociais e psicológicos (Lourenço, 2005).

3.3.3- Estabilidade familiar

Este facto é crucial na socialização de um menor e um dos fatores pode ser a maternidade precoce. Um outro fator é o divórcio, que por vezes destrói a estabilidade dos menores envolvidos. Este aspeto possui mais impacto nas zonas urbanas (INE, 2001).

3.3.4- Crianças negligenciadas

Citando Lourenço (2005) *“a existência de experiências de insucesso escolar, cumuladas com o frequente abandono precoce da escolaridade, contribuem para o reforço dos fatores que levam à manutenção das crianças e jovens em situações de pobreza e marginalização social.”* Significa isto que, a não aquisição de meios de ensino que permite à criança concorrer posteriormente ao mercado de trabalho, é um impedimento para organizar futuros alternativos à situação de instabilidade que se encontram, atribuindo fortes deduções negativas na integração no mercado de trabalho e na transição para a vida adulta.

Para além destes factos, a pobreza infantil também adota outra posição, como o abandono e os maus-tratos.

De acordo com Lourenço (2005), as situações de negligência são por vezes causadas por fatores como os seguintes:

- Consumo excessivo de álcool;
- Desemprego;
- Más condições de habitação;
- Analfabetismo;
- Estrato social e rendimentos baixos.

Para Silva (1989) os entendidos nestas áreas têm noção que quando há violência contra as crianças, a probabilidade de mortalidade, doença e deficiência infantis são maiores, pois a violência gera delinquência e, *“a marginalidade e tende a reproduzir o mesmo tipo de comportamento nas gerações futuras”* (Silva, 1989).

3.3.5- Delinquência e inadaptação

Este facto advém de conjunturas adversas como pobreza, violência familiar, insucesso escolar e conflitos entre colegas e professores. Estas situações podem conduzir a casos de toxicodependência, exploração sexual, agressões, entre outros, fortalecendo o interesse na integração em redes marginais. *“Algumas crianças das famílias pobres conhecem, muito cedo a vida na rua, fora de qualquer controle social, ficando expostas à delinquência e criminalidade”* (Lourenço, 2005).

No entanto, é complicado obter uma reprodução clara do delito juvenil, pois os dados existentes referem-se apenas a situações onde houve intervenção dos tribunais, as quais a legislação portuguesa contempla os problemas da delinquência e criminalidade juvenis. Para tal, existem instituições especiais que funcionam como tribunais de menores, para indivíduos menos de 16 anos.

Os Tribunais de Menores têm a capacidade para definir a reintegração das crianças nas próprias famílias, ou o seu internamento numa instituição, ou numa família adotiva, de acordo com a situação.

3.3.6- Insucesso escolar

Esta é uma situação que o menor pode deparar-se em condição desfavorável, pois este está mal preparado para depreender a linguagem escolar e replicar aos padrões de sucesso da mesma, de modo a proceder de acordo com as regras consecutivas.

As taxas elevadas de insucesso e abandono escolar prematuro, caracterizam a situação dos menores pobres no que se refere à aquisição de escolaridade mínima obrigatória. Assim, existem fatores que influenciam este fenómeno, sendo estes⁵¹:

- O analfabetismo ou o baixo nível de educação dos progenitores;
- As más condições de habitabilidade;
- A necessidade de trabalho da criança;
- A participação precoce nas tarefas domésticas.

3.3.7- Trabalho infantil

Em Portugal a idade legal para um jovem começar a trabalhar é aos 16 anos, pois um dos motivos essenciais do trabalho infantil dá-se ao facto dos baixos níveis de rendimento familiar e as circunstâncias de vida que daí resultam. Outro aspeto relevante deve-se às deficiências do sistema de ensino, tanto em termos quantitativos como qualitativos, particularmente ao nível do ensino básico e esta fragilidade tem-se exprimido por elevados níveis de fracasso escolar conduz para o mercado de trabalho, grande número de menores, sem qualificação, que irão sustentar o fenómeno do trabalho infantil e da exclusão social (Lourenço, 2005).

⁵¹ Lourenço (2005)

3.4- Direitos do Menor

Tendo em conta a necessidade de garantir uma proteção especial ao menor, foram formados os Direitos da Criança, pela Declaração de Genebra de 1924, que mais tarde foram adotados pela Declaração dos Direitos da Criança das Nações Unidas em 1959.

Assim, nesse mesmo ano a Assembleia Geral das Nações Unidas foi referido que “ (...) a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção e cuidados especiais, nomeadamente de proteção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento” (Convenção sobre os Direitos da Criança; 2004).

De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança de 2004, criança consiste em “ (...) todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”⁵². É reconhecido que todos os membros da família possuem direitos iguais e inalienáveis, constituindo o fundamento da liberdade, justiça e paz, principalmente a criança. Esta deve crescer num ambiente familiar, num clima de felicidade, amor e compreensão, de modo a que o desenvolvimento da sua personalidade seja harmonioso. É referido, também, que é importante preparar a criança para viver em sociedade e educá-la de acordo com os ideais proclamados na Carta das Nações Unidas, tais como, dignidade, paz, tolerância, liberdade, solidariedade e igualdade.

Nesse diploma, é referido que todos os indivíduos podem invocar os direitos de liberdade sem distinção da religião, cor, sexo, raça, origem social e, na infância o indivíduo tem direito a uma assistência especial. Assim, o menor tem o direito de comemorar as tradições e valores da sua cultura, sendo um ponto importante para o seu desenvolvimento.

Deste modo, tendo em conta que o elemento natural e fundamental da sociedade⁵³ é o mais adequado para o bem-estar e crescimento dos menores.

⁵² Artigo 1º, Parte I, *Convenção sobre os Direitos da Criança*. 2004

⁵³ A família é o elemento natural e fundamental da sociedade que tem como dever de socializar o indivíduo, proteger, apoiar e educar.

IV

Uma abordagem sociológica sobre as redes de apoio a Menores

4- Uma abordagem sociológica sobre as redes de apoio a Menores

Atualmente, ainda existem muitas famílias com um nível socioeconómico carenciado que vivem a problemática da institucionalização dos seus menores. Alguns fatores de risco presentes na vida familiar como a violência doméstica, alcoolismo, doença mental dos progenitores, toxicod dependência, pobreza, entre outros, são apontados como os influentes para o aumento da vulnerabilidade dos seus integrantes. Estas situações podem contribuir para a institucionalização dos menores em instituições de acolhimento temporário.

Assim, este movimento no espaço ecológico, chamado por Bronfenbrenner (1979/1996) de transição ecológica, do ambiente familiar para a institucionalização, provoca inúmeras mudanças na vida e nas redes de apoio social e afetivo (Siqueira; 2006).

A institucionalização ou o acolhimento é a medida contemplada pela lei da proteção de menores, sendo esta a medida que o Estado adota na proteção dos menores, defendendo os seus direitos, de acordo o artigo 50º da Lei nº 147/99 da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

4.1- Acolhimento Institucional

Tendo em conta que o Acolhimento Institucional é a medida contemplada pela lei de modo a defender o superior interesse do menor, existem duas perspetivas centrais desenvolvidas pelo Plano DOM⁵⁴. Assim, estas perspetivas são:

Acolhimento como transitório. Detém os seguintes princípios:

⁵⁴ Projeto desenvolvido em 2007 pelo Instituto de Segurança Social, IP. Destina-se aos Lares de Infância e Juventude, com ou sem Acordo de Cooperação ou Gestão com o ISS, IP e, tem como intuito criar medidas de qualificação das redes de Lares de Infância e Juventude, incentivando uma melhoria contínua na promoção de direitos e proteção dos menores acolhidos, ao encontro da sua educação para a cidadania. Disponível em <http://www1.seg-social.pt/left.asp?03.06.29>

- *“O lar de infância não substitui a família do menor, mas sim é o seu representante, defensor e promotor dos seus direitos e desenvolvimento bio-psico-social, de modo a que o menor volte para o seio familiar;*
- *Deve promover e participar na composição e dinamização de projetos vida, sustentando os programas de intervenção especializados e pela atuação articulada da rede de parceiros;*
- *A instituição, sempre que possível, deve promover a proximidade do menor á sua família, estimulando as competências parentais com vista na (re) integração do menor.”⁵⁵*

Acolhimento como funcionamento em ambiente familiar. Tem como princípios:

- *“Garantir a atenção individualizada, centrando as necessidades de valorização, estabilidade e afeto da criança;*
- *Promover a inclusão, de modo a integrar os menores na comunidade da inserção nos equipamentos e sistema da comunidade;*
- *Funcionamento e organização da instituição, onde se elabora a definição dos papéis dentro do Lar, da sua construção de regras, plano educativo, e procedimentos uniformizados, tendo em atenção aos recursos humanos adequados ao número de menores.”⁵⁶*

4.1.1- Plano Dom

O Despacho n.º 8393/2007, de 10 de Maio determina a criação do Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças, de âmbito nacional. Tem como intuito a implementação de medidas de qualificação na rede de lares de infância e juventude, de modo a que os menores acolhidos tenham uma melhor (re) integração social e que os técnicos envolvidos detenham uma formação específica e distinta para acompanhar estes jovens.

Focando a atenção nos jovens e tendo em conta que o acolhimento é desejavelmente provisório, foram definidas condições fundamentais para que a elaboração dos seus

⁵⁵ Plano DOM

⁵⁶ Idem.

projetos de vida sejam uma prática institucional adotada, de modo a que os mesmos não fiquem acolhidos mais do que o tempo necessário.⁵⁷

Em relação às medidas do Plano DOM, estas são: Medida 1 - Recursos Humanos; Medida 2 - Qualificação da Intervenção e dos Interventores. Deste modo, podemos defini-las da seguinte forma:

- **Medida 1 - Recursos Humanos:** consiste em dotar os lares de recursos humanos onde não exista Equipa Técnica; Reforço das Equipas Técnicas existentes em Lares onde o seu dimensionamento se revele insuficiente face ao número de crianças e jovens acolhidas.
- **Medida 2 - Qualificação da Intervenção e dos Interventores:** Desenvolver de ações de formação para as Direções das Instituições e respetivas Equipas Técnicas e Educativas; Dotar de Planos de Supervisão tanto para as Equipas Técnicas como para as Equipas Educativas; Construção/reformulação de meios técnicos de suporte à intervenção.

4.2- A Família: uma agregação social! Conceito.

A família consiste num grupo social primário de indivíduos unidos diretamente por laços de parentesco, onde os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças (Giddens; 2002). É a instituição mais natural e antiga que existe e, é a primeira instituição que faz parte da vida do indivíduo.

Deste modo, as famílias como agregações sociais possuem funções de proteção e socialização dos seus membros, como resposta às necessidades da sociedade referente.

Ao nível do processo de socialização a família assume, igualmente, um papel muito importante, pois é esta que modela e projeta o comportamento e o sentido de identidade da criança.

A criança ao crescer junta da família, promove a acomodação às necessidades do menor, delimitando áreas de autonomia, que este experiencia como uma separação.

Deste modo, podemos afirmar que a família constitui o primeiro e o mais básico grupo social de todo o indivíduo, bem como o seu quadro de referência, estabelecido através

⁵⁷ Plano DOM

das relações e identificações que o menor criou durante o seu crescimento, tornando-a na origem da identidade e personalidade.

Sociologicamente, a Família tem sido estudada desde teóricos como Max Weber, Émile Durkheim, Vilfredo Pareto, Lévi-Strauss, Talcot Parsons, entre outros e, é um campo da sociologia muito amplo cujos seus autores são inúmeros. Assim, a Sociologia da Família ocupa-se de processos, fatores, problemas, mutações e de todos os fenómenos sociológicos que consideram a vida familiar (Ferrari;1983).

4.2.1- As funções da Família

Minuchin (1990) afirma que as funções da família comandam-se por dois objectivos, sendo um de nível interno, como a proteção psicossocial dos membros, e o outro de nível externo, como a acomodação a uma cultura e a sua transmissão. Deste modo, a família deve ser apta a controverter as mudanças externas e internas, de modo a acompanhar as novas circunstâncias sem perder a continuidade, pois é importante que propicie sempre um delineamento de referência para os seus membros. Existe assim, conseqüentemente a dupla responsabilidade de responder às necessidades quer dos seus membros, quer da sociedade.

Para Duvall e Miller, as funções familiares são mais abrangentes, sendo as seguintes:

- Produzir afeto entre os membros da família;
- Proporcionar segurança e aceitação, promovendo um desenvolvimento pessoal natural;
- Proporcionar satisfação, através das atividades que satisfazem os membros da família;
- Afirmar a continuidade das relações duradouras entre os familiares;
- Oferecer estabilidade e socialização, assegurando a continuidade da cultura da sociedade onde estão inseridos;
- Impor autoridade e consciência do que é correto, confrontado a aprendizagem das regras e normas, direitos e obrigações características das sociedades humanas.

A este rol de funções, Stanhope (1999) acrescenta a função referente à saúde, na medida, em que a família protege e promove a saúde dos seus membros, apoiando e respondendo às necessidades básicas em situações de doença. Pois a família, como uma unidade, desenvolve um sistema de valores, crenças e atitudes perante à saúde,

as quais são expressas e demonstradas através dos comportamentos de saúde-doença dos seus membros.

Para Serra (1999), a família tem a função primordial de proteção, tendo potencialidades para dar apoio emocional na resolução de problemas e conflitos, podendo formar uma barreira defensiva contra agressões externas. No entanto Fallon (1999) reforça que, a família ajuda a conservar a saúde física e mental do indivíduo, por estabelecer o maior recurso natural para lidar com potenciais situações de *stress* associadas à vida na comunidade.

Em relação à criança e à sua necessidade mais básica, remete-se para a progenitora, que a alimenta, protege e ensina, assim como cria um laço individual seguro, contribuindo para um bom desenvolvimento familiar e conseqüentemente da criança. Para a criança, a família é um grupo significativo de pessoas, de apoio, como os pais, os pais adotivos, os tutores, os irmãos, entre outros.

Deste modo, a criança assume um lugar relevante na unidade familiar, onde se sente segura.

4.2.1.1- Socialização

Os indivíduos quando nascem são incapazes de tomar conta de si próprios, não sendo capazes de sobreviver sozinhos nos primeiros cinco anos de vida. É para viverem em comunidade, os indivíduos carecem de ser socializados.

Deste modo, a Socialização consiste num processo onde as crianças indefesas são ensinadas a serem auto-conscientes, de um modo gradual, com capacidades e saberes da cultura onde nasceram. Deve-se ter em conta que a Socialização “ (...) *não é uma espécie de programação cultural, em que a criança absorve de forma passiva as influências com as quais entra em contacto. Até os recém-nascidos tem necessidades e exigências que afetam o comportamento daqueles que são responsáveis por tratar deles: as crianças são, desde o início, serem activos*” (Giddens; 2002:44).

Deste modo, verificamos que este processo une diferentes gerações e, o nascimento de um indivíduo modifica a vida dos que estão envolvidos. No entanto o processo de aprendizagem cultural é muito mais intenso na infância e nos anos conseqüentes a esta, do que na vida adulta.

4.2.1.1.1- Sociedade e Cultura

Existem dois conceitos intimamente ligados ao processo de socialização, sendo estes Sociedade e Cultura.

Giddens (2002) refere que estes dois conceitos encontram-se com mais frequência quando abordamos a Sociologia, do que qualquer outro conceito.

Assim, podemos dizer que Cultura significa os modos de vida dos elementos de uma sociedade, sendo estes modos as vestes que utilizam, o casamento e família, o trabalho, o tipo de cerimónias religiosas, etc. Isto é, todos os aspetos que caracterizam o quotidiano dos indivíduos.

Relativamente ao conceito de Sociedade, podemos referir que esta é um sistema de inter-relações, as quais envolvem indivíduos coletivamente. Estas existem desde os tempos da Pré-História (como as sociedades de caçadores e recolectores) até aos nossos dias (as sociedades industriais).

Deste modo, podemos verificar que as culturas não podem existir sem as sociedades e vice-versa, pois assim *“(...) não seríamos humanos, sequer, no sentido em que habitualmente usamos o termo. Não teríamos linguagem para nos expressarmos, nenhum sentido de autoconsciência, e a nossa capacidade de pensar e raciocinar estaria severamente limitada”* (Giddens; 1983:36).

4.2.1.2 – Comportamento desviante

Anteriormente abordámos o tema da socialização onde os indivíduos aprendem os saberes, normas e regras da cultura onde nascem. No entanto, há indivíduos que apesar do processo de socialização, possuem comportamentos não próprios do que lhe foi inculcido, isto é, possuem comportamentos desviantes.

Os indivíduos com comportamentos desviantes são indivíduos que se recusam a viver de acordo com as normas e regras que a maior parte da população se rege. São indivíduos que não se enquadram nos padrões normais de comportamento.

No entanto, os factos não são como parecem e em Sociologia é-nos desafiado *“olhar para além do óbvio”* (Giddens; 2002) e a conceito de indivíduo desviante não é propriamente fácil de descrever.

Numa sociedade com regras e normas, nenhum indivíduo cumpre e respeita todas as regras e vice-versa, o que faz com que o estudo deste comportamento seja um desafio intrigante e complexo.

Assim, o estudo do comportamento desviante é uma área misteriosa da Sociologia onde verificamos que ninguém é tão normal quanto pensa que é (Giddens; 2002).

Assim, existem tentativas de explicar este comportamento. Para Giddens (2002) existem duas teorias, sendo estas uma Perspetiva Biológica e uma Perspetiva Psicológica:

- Perspetiva Biológica: para o criminologista italiano Cesare Lombroso acreditava que podia-se identificar criminoso pela forma do crânio, aceitando que a aprendizagem social influenciaria o desenvolvimento do comportamento, nos quais possuíam biologicamente patologias. Mais tarde, Sheldon (1949) e Glueck e Glueck (1956)⁵⁸ distinguiram que os indivíduos mais musculados e energéticos (mesomorfos) tem mais probabilidade de se tornarem delinquentes do que os magros (ectomorfos) ou indivíduos mais roliços (endomorfos). No entanto, não existem provas concludentes sobre este facto.

- Perspetiva Psicológicas: alguns autores sugerem que uma pequena parte de indivíduos que desenvolvem personalidades amorais ou psicóticas, têm tendência a comportarem-se de forma desviante. No entanto, nem todos os indivíduos com traços de personalidade psicopata são criminosos. Mas, o convívio com indivíduos onde a atividade criminosa é influente pode desencadear o comportamento desviante.

Existe uma teoria que apesar de deficiências, é a abordagem mais usada, sendo esta a Teoria da Rotulagem, que chama a atenção pelo modo como algumas atividades passam a ser concebida como criminosas e puníveis por lei, onde as relações de poder abrangidas na geração de tais concepções, assim como para as circunstâncias em que determinados indivíduos infringem a lei (Giddens; 2002:224).

4.2.2- Evolução Histórica da Família

Ao longo dos tempos a família foi-se modificando, desde o seu tamanho, condições, que diferem de cultura para cultura, acompanhando as mudanças religiosas, económicas e sócio-culturais do contexto em que se encontram inseridas. Pode-se

⁵⁸ Citados por Giddens (2002)

dizer que esta é um espaço sócio-cultural que deve ser continuamente renovado e reconstituído.

Giddens (2002) refere que os sociólogos e antropólogos identificaram alguns tipos de relações familiares⁵⁹ nas várias sociedades e chegaram à conclusão que a maior parte de relações consistem na Família Nuclear.

A Família Nuclear é constituída por dois adultos que vivem juntos no mesmo agregado com os seus filhos biológicos ou adotados.

No entanto, se no mesmo agregado habitar também um outro membro (tio, primo, pai, etc.), estamos-nos a referir a uma Família Extensa, que pode englobar três ou mais gerações.

Assim, através de estudos verificou-se que a família Nuclear é mais antiga, remontando à Europa Medieval. A família Extensa era mais predominante na Europa de Leste e na Ásia.

Para o sociólogo e historiador Lawrence Stone, que investigou algumas mudanças pertinentes da vida familiar desde a europa medieval até aos tempos modernos, verificou que num espaço de 300 anos (inícios do século XVI até ao século XIX) pode-se identificar três fases importantes da forma familiar:

- 1ª Fase - No início, a forma familiar consistia num tipo de família nuclear que viviam numa habitação modesta, mas inserida na comunidade, incluindo parentes. Não existiam laços emocionais ou de dependências na família e, intimidades emocionais também não existiam. Todas as decisões estavam subordinadas aos pais. Citando Stone (1977)⁶⁰, a família “(...) *era uma instituição flexível, discreta, impassível e autoritária (...)* Era igualmente muito efémera, sendo frequentemente dissolvida devido à morte do marido ou da esposa, ou com a saída muito prematura dos filhos de casa”.

- 2ª Fase – Na segunda fase, Stone verificou que este tipo de família foi sucedido por uma forma de transição que perdurou até princípios do século XVII, que estava confinada às classes sociais altas, tornando-se atitudes universais (Giddens;2002: 178). Assim, a família nuclear tornou-se numa entidade autónoma, distinguindo os laços com os parentes e com a comunidade local. Nesta fase, associa-

⁵⁹ Podem ser Família Nuclear e Família Extensa

⁶⁰ Citado por Giddens (2002)

se a importância do amor conjugal e paternal e, o crescimento do poder autoritário dos pais.

- 3ª Fase – Esta última fase desenvolveu-se de um modo gradual o tipo de sistema familiar que atualmente é o mais comum no ocidente. Esta forma familiar consiste em grupos unidos por laços emocionais, com uma grande preocupação na criação e educação dos filhos, dos laços matrimoniais assentes numa escolha pessoal de acordo com a atração sexual ou amor romântico (Giddens; 2002: 179). Nesta fase, a família começa a estar virada para o consumo, em vez da produção, como consequência do aumento dos postos de trabalho fora de casa.

De modo a assinalar as mudanças nos padrões familiares, Giddens (2002:180) refere que os mais importantes foram os seguintes:

- Existe uma perda de influência por parte das famílias extensas e outros graus de parentesco;
- A escolha do cônjuge é feita de um modo livre;
- Há uma evolução nos direitos das mulheres, ao nível de muitos aspectos da vida;
- Os casamentos com indivíduos do mesmo grupo de parentesco são mais raros;
- Os níveis de liberdade sexual são mais elevados nas sociedades;
- Desenvolveram-se, também, os direitos das crianças.

V

Metodologia

5- Metodologia

Todo o trabalho de investigação para ser cientificamente aceite, analisado e interpretado, deve, desde o seu início, obedecer a uma metodologia rigorosa, objetiva e clara.

A fase metodológica consiste em precisar como um fenómeno em estudo será integrado num plano de trabalho, o qual ditará as linhas que permitirão a realização da investigação. O desenho da investigação é, portanto, o plano lógico criado pelo investigador com vista a obter respostas válidas às questões de investigação colocadas.

O quadro de referências teóricas utilizado deve permitir-nos colocar, logo de início, os problemas que poderão surgir durante o trabalho de investigação. Assim, os procedimentos metodológicos da pesquisa devem ser premeditados em correlação com os objetivos e as questões de partida, para que, a teoria delineada nos possa através dos métodos e técnicas metodológicas conduzir a uma aprendizagem superior dos factos da realidade sensível.

Desta forma, o título desta investigação denomina-se de ***“Institucionalização na Ótica das Redes Sociais: Uma Abordagem Sociológica da Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro”***. O estudo em questão é um Estudo de Caso de carácter exploratório, pois pretende-se estudar um fenómeno social em profundidade, neste caso pretende-se investigar o processo de integração social de jovens numa instituição de apoio social, bem como identificar as dinâmicas da rede social de antes e durante a institucionalização.

Trata-se assim, de uma pesquisa de natureza descritiva, uma vez que visa o estudo da Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro e as redes de apoio às menores acolhidas, transformando numa abordagem exploratória do objeto de estudo, face à introdução dos paradigmas qualitativo e quantitativo.

Assim, iremos recorrer aos Paradigmas Quantitativo e Qualitativo, onde no primeiro iremos recorrer à Análise de Redes Sociais (utilizando os Softwares Ucinet e Netdraw) e ao Questionário Sociométrico. Para o paradigma Qualitativo, serão realizadas entrevistas aos informantes-chave e a análise de conteúdo.

Deste modo, a decisão das estratégias e das técnicas a utilizar deve ser tomado o mais cedo e cuidadosamente possível, então a pesquisa bibliográfica e documental foi, sem dúvida alguma, a primeira técnica a ser utilizada, quer ao nível de documentação do fenómeno em estudo, quer ao nível mais restrito sobre a amostra em causa. É, através desta técnica metodológica, que foi possível seleccionar um conjunto de leituras que constituem uma base de trabalho sólida e pertinente no quadro da investigação que se pretende realizar (Moreira:1994).

Assim, podemos afirmar que sem uma seleção perfeita e exaustiva de documentos não possibilitará um conhecimento profundo e objetivo da realidade em estudo. Este facto acontece porque a pesquisa é uma importante averiguação para verificar algo, sendo a sua finalidade encontrar respostas para as questões de partida.

Desta forma, não foi só a pesquisa documental que orientou o decorrer do trabalho. Mas muito embora se partisse desta para o conhecimento mais profundo da realidade, é na vivência quotidiana destes indivíduos que, o método da observação é neste caso muito importante como instrumento metodológico a considerar. O objectivo da observação naturalmente pressupõe poder captar com precisão os aspetos essenciais de um fenómeno no contexto empírico. O desenvolvimento de procedimentos de recolha de informação sobre a realidade, nomeadamente, através de técnicas como a aplicação de questionários, contribui para que o processo de observação, em sentido amplo, se torne uma fase do processo científico cada vez mais sistemática e racionalmente controlada.

5.1- O porquê deste estudo?

Este estudo consiste num Estudo de Caso de carácter exploratório e descritivo de uma instituição de acolhimento de menores em Beja, abordando as redes sociais e a sua dinâmica na mesma.

Assim, esta investigação surge tanto de motivações ao nível pessoal como académicas, pois:

- É um tema inédito e inovador, suscitando interesse em estudar este tipo de entidade tal como a sua dinâmica com as redes sociais;
- Sendo uma temática pouco estudada, origina curiosidade e desejo de ir mais além da informação disponível;

- Tornar este estudo numa investigação útil, reunindo informação para estudos posteriores.

De certo modo, a curiosidade pelas redes sociais em si despertou um interesse para que esta temática fosse explorada. Tudo isto e a empatia com a temática da institucionalização (isto é, a importância que tem na sociedade) alinharam um desafio atraente e inovador, tal como a escassa bibliografia sobre redes sociais/acolhimento institucional.

Assim, fui motivada a pesquisar e investigar, com o auxílio de trabalho de campo, nesta nova dinâmica da análise de redes sociais, com um intuito de poder colaborar em pesquisas futuras desta temática.

5.2 - Desenho da investigação

Atendendo às tipologias de construção de uma investigação, todos os estudos partem de uma pergunta de partida de modo a nortear toda a investigação. Deste modo a pergunta de partida consiste em ***“De que forma a institucionalização dos menores condiciona a sua rede social?”***. Tendo em conta que existem várias instituições de acolhimento a menores e verificam-se inúmeros jovens em situações de perigo, foi aliciante abraçar este tema e investigar ao limite que foi possível.

Tendo a pergunta de partida definida, foi possível delinear os Objetivos Gerais e Objetivos Específicos. Assim, podemos distingui-los:

- **Objetivos Gerais:**

1-Descrever o processo de integração social de jovens numa instituição de apoio social;

2-Identificar as dinâmicas da rede social durante a integração na instituição de acolhimento.

- **Objetivos Específicos:**

1- Identificar as causas da institucionalização dos menores;

2- Descrever os vários tipos de rede social das menores;

3- Identificar os posicionamentos dos atores que interferem na rede de apoio social;

4- Identificar dinâmicas de interação social na rede;

5- Descrever as lógicas de poder e de ação na rede das menores.

Deste modo, após a definição dos objetivos, foi possível delimitar o objeto de estudo, pois utilizando o método de Estudo de Caso, foi do interesse da autora definir o objeto e não fazer uma análise generalizada das instituições de acolhimento.

5.3- Delimitação do Objeto de estudo

A Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro é um Lar de Infância e Juventude de acolhimento prolongado, de acordo com a Lei 147/99 de 1 de Setembro, e destinando-se a acolher crianças do sexo feminino, residentes do distrito de Beja, com um grupo etário dos 4 aos 18 anos. Tem como funcionamento o Regime Aberto, possibilitando a entrada e saída livre das menores, tendo em conta as normas gerais de funcionamento e a decisão judicial.

As menores quando completam os 18 anos, se assim o pretenderem, transitam para o Lar Girassol⁶¹ – *Obra Social das Franciscanas Missionárias de Maria* (IPSS), que opera há 19 anos, com um único intuito: apoiar as jovens, saídas da FMGSC, empenhadas em completar a sua formação académica e iniciar a sua vida profissional, auxiliando-as com no processo de autonomização.

5.3.1 - Breve História da Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro⁶²

A Fundação foi construída por D. Mariana d'Assunção Nunes e Castro, com o intuito de perpetuar a memória do seu falecido marido, Manuel Gerardo de Sousa e Castro, e proteger a pobreza.

A 23 de Novembro de 1933, foi inaugurada com a denominação de Asilo de Infância Manuel Gerardo de Sousa e Castro e tinha como objetivos Sustentar, Vestir e Educar as crianças do sexo feminino, seguindo a seguinte ordem de preferência, que a época acolhia 12 crianças:

- Órfãs de ambos os pais;

⁶¹ É também a residência das Irmãs responsáveis pelo encargo pedagógico e administrativo da FMGSC.

⁶² Para os pontos **5.3.1**, **5.3.2**, **5.3.3**, **5.3.4** foram utilizados dados fornecidos pela Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro.

- Órfãs de pai ou mãe;
- Crianças negligenciadas.

A 28 de Agosto de 1954, o Monte do Machados e o Olival do Soborida, herdou por testamento a subsistência da instituição, após a morte da sua benemérita.

A primeira Direção foi nomeada pelo Bispo da Diocese e, esta era constituída por três senhoras, em regime voluntariado, em virtude de disposições testamentárias.

Mais tarde em 1972, as Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria assumiram a responsabilidade Pedagógica e Administrativa em colaboração com a Direção.

No ano seguinte, foram aprovados novos estatutos e o Asilo passou a denominar-se por Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro.

O Acordo de Cooperação com a Segurança Social foi celebrado em 1982, com os efeitos reactivos desse mesmo ano. Assim, a instituição passou a ser considerada Instituição Particular de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº119/83.

Em 2002 com a comparticipação do Centro Distrital de Segurança Social de Beja, foram feitas obras de Ampliação e Remodelação das Instalações. No fim de 2005, findaram as obras de Ampliação e Remodelação das Instalações e a instituição aumentou a sua capacidade de 22 vagas para 36 e, a inauguração da mesma foi a 14 de Dezembro, contando com a presença da então Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Dr.^a Idália Serrão de Menezes Moniz.

A 25 de Maio de 2006, a Presidente de Direção recebeu do Presidente da Câmara Municipal de Beja, Dr. Francisco Cruz dos Santos, a Medalha de Mérito Municipal de Grau Prata atribuído à FMGSC.

Entre Outubro de 2008 e Abril de 2009, a instituição integrou uma Acção de Formação Padronizada designada por QUAL-1S⁶³.

No final do ano de 2009, a FMGSC aderiu ao Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças.

Tendo em vista a certificação da resposta social, a Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro, aderiu em Setembro de 2010 ao programa de formação QUALIntegra.

⁶³ Qualificar a Intervenção Social

5.3.2 - Missão, Visão e Valores

Tal como todas as instituições, a Fundação é dotada de Missão, Visão e Valores muito importantes pois são os que definem a organização em si. Assim, estes são:

- **Missão:** Acolher crianças e jovens do sexo feminino, oriundas de famílias em situação de risco, do Distrito de Beja, ajudando-as a crescer harmoniosamente.
- **Visão:** Ser reconhecida como uma “Casa” de felicidade e crescimento.
- **Valores:** Respeito (pelo outro), Partilha e Solidariedade (do que temos e somos), Justiça (igualdade de oportunidades), Espírito de Pertença (ao grupo chamado de, Família), Comunhão e Qualidade (Serviços, Crescimento e Desenvolvimento).

Assim, as menores vivem o seu dia-a-dia feliz, sentindo-se integradas numa “família”, pois existe a preocupação de “ (...) *criar condições de conforto, respeito e bem-estar, de modo a proporcionar às crianças/jovens vivências similares às das famílias.*” (<http://www.fundacaomanuelgerardo.pt/>)

5.3.3- Caracterização dos Recursos Humanos da Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro

Relativamente aos Recursos Humanos da FMGSC, estes podem ser caracterizados no quadro seguinte:

Quadro nº 5: Caracterização do Recursos Humanos da Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro

Caracterização da Equipa Técnica		
Categoria	Nº	Sexo
Diretor Técnico (Assistente Social)	1	Feminino
Assistente Social	1	Feminino
Psicólogo	2	Feminino
Ajudante de Ação Direta/Monitores	7	Feminino
Serviços Gerais	3	Feminino

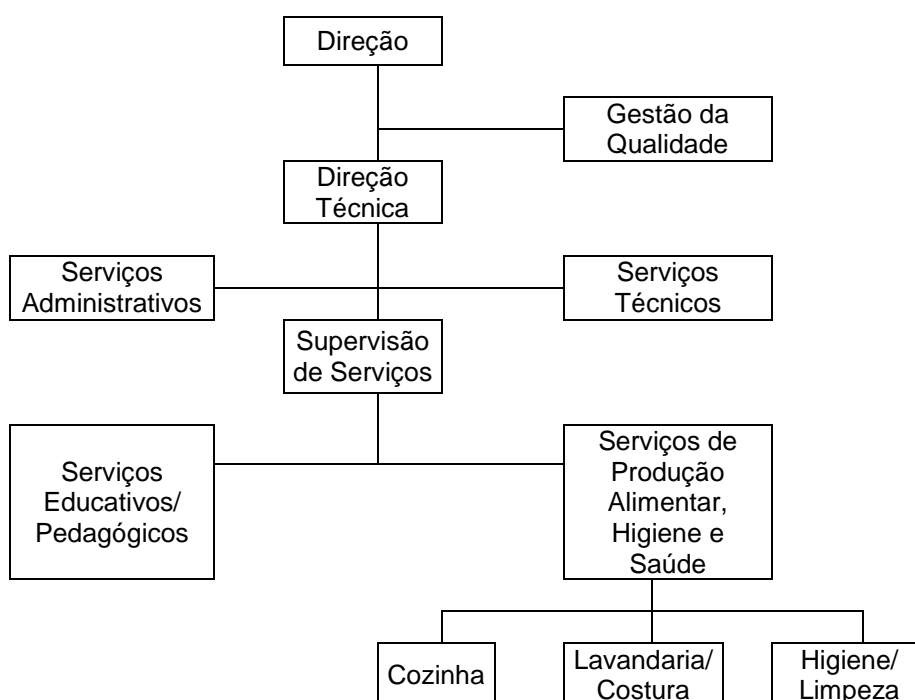
Cozinheiro	1	Feminino
Costureira	1	Feminino
Lavandaria	1	Feminino
Administrativo	1	Masculino
Encarregado Geral	1	Feminino
Total	19	

Fonte: Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro

Com o quadro anterior podemos verificar que, atualmente a FMGSC conta com uma equipa constituída por um total de 19 pessoas, em que 11 fazem parte da equipa técnica, sendo estes: Diretor Técnico; Assistente Social; Psicólogo; e Ajudante de Ação Direta/Monitoras.

Na figura seguinte, podemos observar como é constituída hierarquicamente a Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro, ou seja, o seu Organograma.

Figura nº1. Organograma



Fonte: Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro

5.3.4-Integração Social

No que diz respeito a este ponto, as utentes são integradas ao máximo da comunidade, com o total apoio da equipa técnica.

Assim, as menores participam em atividades oferecidas pela comunidade e são integradas em grupos, de acordo com as suas preferências, entre os quais:

- Escuteiros;
- Banda Filarmónica *Capricho Bejense*;
- Judo; Patinagem artística da *Zona Azul*;
- Atletismo (Grupo Desportivo das Neves);
- Coro Infantil/Juvenil da Paróquia do Carmo;
- Catequese;
- Aulas de Viola;
- "Papa livros" (Biblioteca Municipal *José Saramago*);
- Grupos de jovens na Paróquia.

As utentes participam, ainda, em atividades promovidas pela comunidade local, como por exemplo, a Câmara Municipal de Beja, Escolas, Paróquia, Rede Social do Concelho de Beja – Dias Comemorativos, Feira Social, Carnaval, Natal, Sessões de Cinema, Futebol, Dança, Língua Gestual entre outras e, no mês de Julho tem a oportunidade de o passar na praia da Ericeira.

Como a FMGSC tem o intuito de integrar ao máximo as menores nesta espécie de “*família*”, as crianças/jovens são ensinadas a executar algumas tarefas importantes do quotidiano, como por exemplo a arrumação e organização dos espaços, arrumar o próprio quarto, cuidar dos seus pertences e, cozinhar aos fins-de-semana. É importante frisar que, todas as tarefas executadas são acompanhadas pelos vários membros da equipa.

Em relação à caracterização geral das menores, esta pode ser observada pelo quadro seguinte.

Quadro nº6: Caracterização Geral das utentes

Caracterização Geral das Menores Acolhidas					
Nº de utente	Admissão	Idade Entrada	Permanência (em meses)	Idade actual	Escolaridade
1	24-01-2002	8	125	18	Ensino Secundário
2	13-09-2002	12	118	21	Ensino Secundário
3	13-11-2002	5	116	15	3º Ciclo
4	12-09-2003	11	106	19	Ensino Secundário
5	30-01-2004	2	113	10	2º Ciclo
6	12-08-2004	9	95	16	3º Ciclo
7	04-09-2004	10	94	18	Ensino Secundário
8	04-09-2004	9	93	17	Ensino Secundário
9	28-12-2004	7	90	15	3º Ciclo
10	26-04-2005	9	87	15	3º Ciclo
11	02-05-2005	8	86	15	3º Ciclo
12	04-05-2005	9	86	17	3º Ciclo
13	07-05-2005	10	86	17	Ensino Secundário
14	12-01-2006	11	82	16	Curso Profissional
15	07-08-2006	11	71	17	Ensino Secundário
16	12-09-2006	11	70	17	Curso Profissional
17	14-09-2006	11	70	17	Curso Profissional
18	09-09-2008	14	46	17	3º Ciclo
19	09-09-2008	13	46	16	Ensino Secundário
20	09-09-2008	13	46	16	Curso Profissional
21	15-09-2008	8	46	11	2º Ciclo
22	03-10-2008	14	45	18	3º Ciclo
23	16-04-2009	13	39	16	Ensino Secundário
24	12-06-2009	16	37	19	Ensino Secundário
25	04-08-2009	13	35	15	3º Ciclo
26	07-12-2009	6	21	8	Ensino Primário
27	10-05-2010	13	26	15	3º Ciclo
28	30-09-2010	14	22	15	3º Ciclo
29	14-12-2010	16	19	17	Ensino Secundário
30	15-02-2011	14	17	16	3º Ciclo
31	15-04-2001	14	15	15	3º Ciclo

32	25-05-2011	9	14	10	2º Ciclo
33	30-05-2011	15	14	16	3º Ciclo
34	29-06-2011	16	13	17	3º Ciclo
35	04-08-2011	15	11	16	3º Ciclo
36	09-12-2011	13	7	13	2º Ciclo
37	17-01-2012	12	6	12	2º Ciclo
38	17-01-2012	9	6	9	Ensino Primário
39	02-03-2012	12	4	12	3º Ciclo

Fonte: Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro

5.4- Instrumentos de recolha de dados

Tendo em conta que o estudo consiste no Método de Estudo de Caso do tipo exploratório, foram definidos previamente os instrumentos de recolha de dados que mais se adequam e mais acessíveis na obtenção da informação pretendida.

Iremos trabalhar com dados de 2012 os quais serão alvo de tratamento estatístico, enquanto que será aplicado um questionário sociométrico, construído e validado para recolha dos dados das ego-redes dos menores. No que diz respeito à sua análise, iremos utilizar o *software* Ucinet que nos permite cruzar os resultados.

Neste estudo, a aplicação da entrevista semi-estruturada é uma mais-valia, na medida em que é possível obter-se informação relevante mas de um modo científico.

5.4.1-Método de Estudo de Caso

Este método tem como intuito de estudar fenómenos sociológicos através de uma análise completa de casos individuais. A sua unidade de estudo pode ser uma das seguintes: um indivíduo; um grupo; um problema; uma sociedade; entre outros (Ferrari;1983:71).

Deste modo, este método tem como intuito adquirir dados para o estudo mais aprofundado do objeto em estudo. Ferrari (1983) refere que neste método é indispensável conservar o carácter unitário do estudo e devemos ter em conta três procedimentos:

- 1) A delimitação do objeto: ter em conta a relação do objeto com o exterior, interior e, relacionando aspetos internos e externos;
- 2) A análise dos dados: os dados que caracterizam o objeto, confrontando com o tratamento qualitativo e as operações quantitativas;
- 3) Justificação do objeto: refere-se à compreensão do fenómeno sociológico nos inúmeros, desde que seja permissível adaptar o diagnóstico às suposições pertinentes.

Assim, é pertinente a presença do investigador no terreno de modo a que se inicie a familiarização tanto da parte do mesmo, como dos informantes-chave. Desta forma, o investigador observa e é observado e, identifica os objetivos do estudo e a metodologia adequada na recolha da informação pretendida.

5.4.2- Inquérito por Questionário

Relativamente ao questionário, este será aplicado aos informantes-chave do estudo sendo estes as utentes da FMGSC. Os informantes-chave irão colocar o nome no questionário, de modo a ser possível o cruzamento dos dados. No entanto, na análise o nome das utentes será codificado de modo a não revelar a identidade das utentes, permitindo que continuem no anonimato.

Esta técnica é pertinente nesta investigação, pois através de uma lista seletiva de questões é possível recolher o máximo de informação na medida em que os informantes-chave não estão constrangidos com a presença do investigador e assim as suas respostas são registadas de forma livre e sem coações.

Na construção de um questionário, é importante que este tenha poucas questões e possuir factos relevantes e interessantes aos inquiridos. As questões devem ainda ser claras, curtas e concretas e, o seu seguimento deve ser lógico (Ferrari;1983:72).

5.4.3- Entrevista

Para complementar a técnica anterior referida, é também elaborada uma entrevista semi-estruturada aplicada à Assistente Social e à Diretora Técnica. O intuito da entrevista cinge-se à recolha de informação, de um modo mais técnico,

complementando os dados obtidos pelo questionário, pois distingue-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e interação humana (Quivy et al; 2008).

Esta técnica metodológica constitui uma relação social entre o investigador e o entrevistado, na medida em que é possível observar a reação do último. Isto é, pode criar uma empatia entre ambos, o que é vantajoso na obtenção das respostas, ou o contrário também pode acontecer e, tornar esta tarefa muito complicada ou mesmo até impossível de atingir o pretendido.

5.4.4- A Técnica Sociométrica

A Sociometria é uma técnica que foi introduzida nas ciências sociais e humanas por Moreno⁶⁴ no início do século passado. Esta técnica é formada por um conjunto de procedimentos quantitativos que advém das relações interpessoais e intergrupais. Tem como intuito encontrar uma base objetiva de cálculo dos indivíduos, através dos seus pares de grupos sociais (Ferrari; 1983:73).

A Técnica Sociométrica foi abordada pela primeira vez por Jacob Moreno, o qual definiu-a como a “*medida do socius*”, do ser social. Esta técnica consiste em inquirir um determinado grupo de indivíduos, de modo a identificar qual o elemento eleito para realizar uma determinada atividade e, qual o elemento não eleito. Ferrari (1983) refere que o questionário sociométrico pode ser constituído com base nos seguintes tópicos:

- Questões preceptivas e projetivas;
- Preparação do grupo e do teste de espontaneidade;
- Elaboração da matriz sociométrica, ou sociomatriz;
- Exposição gráfica dos dados analisados pelo sociograma;
- Ter em conta as técnicas sociodramáticas, como o *role playing*, psicodrama e sociodrama, de modo a procurar o estado sicionómico dos elementos.

Tendo em conta que o cerne desta investigação se cinge ao estudo das redes sociais, esta técnica é privilegiada para o fornecimento de informação.

⁶⁴ Jacob Levy Moreno nasceu a 18 de maio de 1889 na Romênia e foi o “pai” da Sociometria. Trabalhou em áreas como a Filosofia, Psicologia e Medicina/Psiquiatria. Era Judeu e naturalizou-se como Americano. Foi o criador do psicodrama e pioneiro no estudo da terapia em grupo. Teve grandes contributos na Psicologia Social em relação ao estudo dos grupos. A 14 de maio de 1974 faleceu na cidade de Beacon.

5.5- Redes de apoio

Relativamente a este ponto, podemos dizer que existem três tipos de redes de apoio que pretendemos investigar, tais como: rede de apoio material; rede de apoio financeira e; rede de apoio emocional.

A rede de apoio material consiste em apoiar os indivíduos em questões de vestuário, alimentação.

Em relação à rede de apoio financeiro, é-nos permitido verificar quem apoia monetariamente os indivíduos.

Por fim, a rede de apoio afetivo/emocional consiste num apoio psicológico isto é, quando os indivíduos necessitam de desabafar sobre algo.

VI

Análise e tratamento de dados

6- Análise e tratamento de dados

6.1 – Caracterização os inquiridos

Os dados que permitem a caracterização dos inquiridos foram recolhidos através de um questionário sociométrico construído pela autora (Passinhas, 2012), o qual se encontra descrito na componente metodológica desta investigação. O questionário é composto por duas partes: a primeira consiste na identificação dos atributos da utente (nome, idade, naturalidade, etc.); a segunda parte é composta por questões estruturadas de acordo com os objetivos, identificando aspetos como as redes de apoio material, financeiro e afetivo/emocional.

As questões foram elaboradas de modo perceptível a que todas as utentes conseguissem responder. É imperativo referir que durante a elaboração teve-se em conta o tipo de questões e como expô-las de modo a que as menores não se sentissem constrangidas com as respostas pois, tal como defende Fialho (2008), nem todas as pessoas se encontram disponíveis para dizer com quem se relacionam, razão pela qual importou garantir junto das menores a confidencialidade das respostas.

Tendo em conta que todo o trabalho correu em torno das menores, surgiu assim um constrangimento que dificultou a análise dos dados. Mesmo assumindo o total sigilo sobre a identidade das utentes, a lei não permite que estas se identifiquem e para tal teria que pedir autorização à Comissão Nacional de Proteção de Menores, o que é um processo moroso que iria atrasar o estudo. No entanto, foi possível codificar o nome das menores, atribuindo um número ao questionário e, simultaneamente, foi garantido que em caso algum seriam revelados os seus nomes.

Assim, das 39 utentes internas na instituição, apenas obtiveram-se 28 questionários com respostas válidas das quais resulta o presente tratamento de dados, pois quando o estudo foi iniciado, algumas das utentes já se encontravam de férias e as restantes são muitos jovens⁶⁵ para compreender o intuito do questionário. Assim, foi possível analisar vários fatores como os seguintes:

a) Caracterização das menores quanto à idade, permanência na instituição, naturalidade e habilitações académicas;

⁶⁵ De acordo com a sugestão da Assistente Social da FMGSC.

- b) Perspetivas de sair da instituição e para onde ir viver;
- c) Identificação das redes de apoio material, financeiro;
- d) Identificação e análise da rede de apoio afetivo/emocional, tendo em conta os seguintes indicadores: densidade, proximidade, centralidade e intermediação.

No quadro seguinte podemos verificar a caracterização das utentes, de acordo com os dados obtidos:

Quadro nº 7: Caracterização das menores quanto à idade, permanência na FMGSC, naturalidade e habilitações académicas

Nº Questionário	Idade	Naturalidade	Habilitações Académicas	Há quanto tempo é utente da FMGSC?
1	17	Faro	3º Ciclo	1 ano
2	18	Beja	3º Ciclo	4 anos
3	16	Beja	Ensino Secundário	4 anos
4	16	Beja	3º Ciclo	menos de um ano
5	16	Beja	Curso Profissional	4 anos
6	16	Beja	3º Ciclo	8 anos
7	16	Beja	3º Ciclo	9 anos
8	15	Beja	3º Ciclo	7 anos
9	17	Beja	Ensino Secundário	6 anos
10	15	Beja	3º Ciclo	7 anos
11	15	Beja	3º Ciclo	10 anos
12	18	Évora	Ensino Secundário	8 anos
13	13	Beja	2º Ciclo	7 meses
14	12	Beja	3º Ciclo	3 meses
15	12	Beja	2º Ciclo	5 meses
16	15	Coimbra	3º Ciclo	2 meses
17	16	Beja	3º Ciclo	7 anos
18	16	Beja	Curso Profissional	6 anos
19	15	Beja	3º Ciclo	2 anos
20	16	Beja	3º Ciclo	1 ano
21	17	Beja	3º Ciclo	4 anos
22	15	Beja	3º Ciclo	8 anos
23	16	Beja	3º Ciclo	1 ano e meio
24	21	Beja	Ensino Secundário	9 anos
25	19	Beja	Curso Profissional	4 anos
26	17	Beja	Curso Profissional	6 anos
27	17	Beja	Ensino Secundário	6 meses
28	17	Beja	Curso Profissional	6 anos

Fonte: Questionário

Deste modo, é possível constatar que, relativamente às Habilitações Académicas, há um insucesso escolar, isto é, tendo em conta que a média de idades é 16 anos, normalmente já estariam no ensino secundário, as jovens ainda estão no 3º ciclo básico. Através da entrevista a assistente social que colabora da FMGSC, foi possível perceber o motivo deste facto. Citando a mesma, existe insucesso escolar “(.) pois as menores quando estão com a família não há controlo a este nível e têm muitas faltas”. Tendo em conta que o intuito da instituição é formar e apoiar estas menores a autonomizarem-se, o insucesso escolar será colmatado na medida em que “O mais importante é a formação académica e é neste sentido que trabalhamos. (...) O nosso objetivo é formá-las para terem um futuro melhor. Investimos muito na formação académica (...)”

b) Perspetivas de sair da instituição e para onde ir viver: podemos verificar os dados relacionados com esta caracterização, sendo estes as perspetivas das menores, quanto ao seu futuro na/fora da FMGSC. Deste modo, as tabelas seguintes relatam os resultados.

Tabela nº 1: Expectativas de sair da Fundação Manuel Gerardo de Sousa de Castro

Expectativas de sair da FMGSC	Total de respostas
Quando completar os 18 anos	10
Quando acabar a formação académica	3
Quando for autónoma	2
Não sabe	13
Total	28

Fonte: Questionário

Com a tabela anterior podemos verificar que a maior parte das utentes ainda não têm expectativas de sair da instituição, mas no entanto outra parte das utentes espera sair quando completar os 18 anos. Assim, é possível afirmar que as menores ainda não têm certezas quanto ao seu futuro, pois ainda estão muito fragilizadas com toda a situação. No entanto, é importante referir que como o intuito da instituição é formar as

utentes para o futuro⁶⁶, muitas delas pretendem mudar-se para o Lar Girassol após completarem os 18 anos, para dar continuidade aos estudos. Este facto pode ser verificado na tabela seguinte.

Tabela nº 2: Para onde vai viver quando sair da Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro

Para onde vai	Total de respostas
Casa de familiares	9
Lar Girassol	6
Voltar para o agregado familiar de origem	7
Viver sozinha	3
Não sabe	3
Total	28

Fonte: Questionário

Apesar de não saberem quando irão sair da FMGSC, as utentes possuem quase todas uma perspetiva para onde irão viver. Para além de quererem viver com os familiares, também pretendem mudar-se para o Lar Girassol, onde irão continuar com os estudos, e voltar para o anterior agregado familiar.

6.2 – Rede de apoio financeiro

A rede de apoio financeiro das menores que se encontram institucionalizadas apresenta uma densidade muito ténue. O valor de 0.0443 de densidade explica-se pelo facto da diretora ter um papel nuclear neste tipo de apoio. Sempre que se colocam necessidades de carácter financeiro, esta são supridas por esta responsável. A análise do grau de centralidade (tabela 3) apresenta um *degree* 27.000, indicador que nos permite sustentar que a rede de apoio financeiro é indiscutivelmente assegurada pela diretora da instituição, a qual tem um papel de gestão e administração destes recursos na sua relação com as menores. Por outro lado, constata-se que a encarregada geral ocupa um *degree* de 3.000, indicador que permite afirmar que esta responsável ocupa um lugar residual.

⁶⁶ Permitir que completem os estudos o máximo possível, ensiná-las a prepararem-se para entrar no mercado de trabalho, como cuidar da própria habitação, entre outros aspectos importantes para independência das utentes.

Tabela nº 3: Grau de Centralidade da rede

	Degree	NrmDegree	Share		Degree	NrmDegree	Share
Diretora	27.000	96.429	0.450	Utente 8	1.000	3.571	0.017
Enc. Geral	3.000	10.714	0.050	Utente 16	1.000	3.571	0.017
Utente 2	2.000	7.143	0.033	Utente 17	1.000	3.571	0.017
Utente 21	2.000	7.143	0.033	Utente 18	1.000	3.571	0.017
Utente 1	2.000	7.143	0.033	Utente 19	1.000	3.571	0.017
Utente 3	1.000	3.571	0.017	Utente 20	1.000	3.571	0.017
Utente 6	1.000	3.571	0.017	Utente 22	1.000	3.571	0.017
Utente 4	1.000	3.571	0.017	Utente 23	1.000	3.571	0.017
Utente 9	1.000	3.571	0.017	Utente 24	1.000	3.571	0.017
Utente 10	1.000	3.571	0.017	Utente 25	1.000	3.571	0.017
Utente 11	1.000	3.571	0.017	Utente 26	1.000	3.571	0.017
Utente 5	1.000	3.571	0.017	Utente 12	1.000	3.571	0.017
Utente 13	1.000	3.571	0.017	Utente 27	1.000	3.571	0.017
Utente 7	1.000	3.571	0.017				

Fonte: questionário sociométrico

Os indicadores da centralidade da rede de apoio financeiro (tabela 4) ajudam a consubstanciar a dependência dos recursos financeiros por parte das menores. Contudo, por se tratar de jovens menores, não é de estranhar que a responsável máxima da instituição tenha este posicionamento na rede. Esta situação está bem sustentada no *in-closeness* de 96.552 da tabela seguinte.

Tabela nº 4: Grau de Proximidade

	In Farness	Out Farness	In Closeness	Out Closeness		In Farness	Out Farness	In Closeness	Out Closeness
Diretora	29.000	701.000	96.552	3.994	Utente 8	812.000	677.000	3.448	4.136
Utente 2	54.000	702.000	51.852	3.989	Utente 16	812.000	677.000	3.448	4.136
Utente 1	54.000	702.000	51.852	3.989	Utente 17	812.000	677.000	3.448	4.136
Utente 21	54.000	702.000	51.852	3.989	Utente 18	812.000	677.000	3.448	4.136
Enc. Geral	77.000	701.000	36.364	3.994	Utente 19	812.000	677.000	3.448	4.136
Utente 3	812.000	677.000	3.448	4.136	Utente 20	812.000	677.000	3.448	4.136
Utente 6	812.000	677.000	3.448	4.136	Utente 22	812.000	677.000	3.448	4.136
Utente 4	812.000	677.000	3.448	4.136	Utente 23	812.000	677.000	3.448	4.136
Utente 9	812.000	677.000	3.448	4.136	Utente 24	812.000	677.000	3.448	4.136
Utente 10	812.000	677.000	3.448	4.136	Utente 25	812.000	677.000	3.448	4.136
Utente 11	812.000	677.000	3.448	4.136	Utente 26	812.000	677.000	3.448	4.136
Utente 5	812.000	677.000	3.448	4.136	Utente 12	812.000	677.000	3.448	4.136
Utente 13	812.000	677.000	3.448	4.136	Utente 27	812.000	677.000	3.448	4.136
Utente 7	812.000	677.000	3.448	4.136	Utente 14	812.000	677.000	3.448	4.136
Utente 15	812.000	677.000	3.448	4.136					

Fonte: questionário sociométrico

Os indicadores da intermediação da rede são fundamentais para percebermos o papel nuclear que a diretora ocupa na rede de apoio financeiro das jovens. É por esta responsável da instituição que passam todas as decisões de gestão e atribuição de ajuda financeira às menores da instituição (cf. Tabela 5).

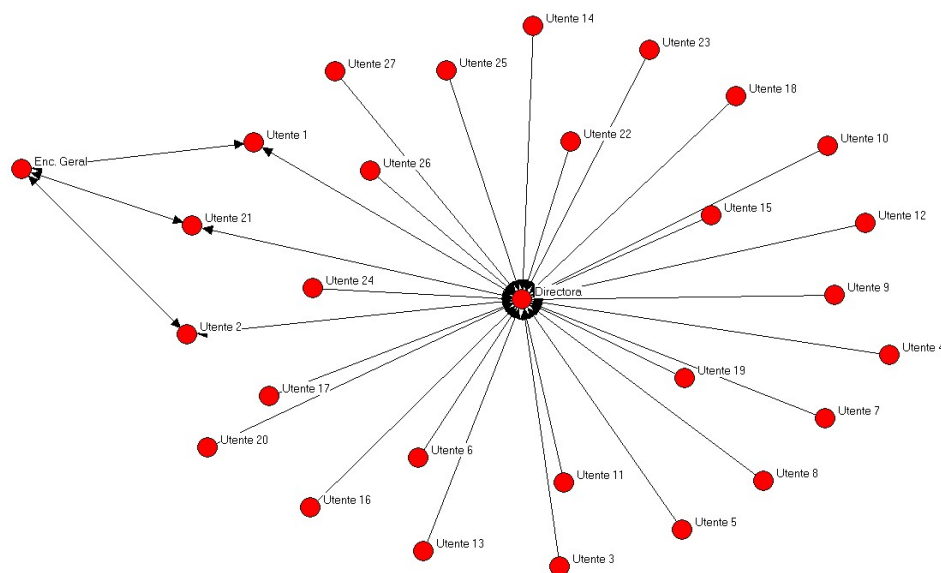
Tabela nº 5: Grau de Intermediação na rede

	Betweenness	nBetweenness		Betweenness	nBetweenness
Diretora	99.000	13.095	Utente 16	0.000	0.000
Utente 2	8.667	1.146	Utente 17	0.000	0.000
Utente 1	8.667	1.146	Utente 18	0.000	0.000
Utente 21	8.667	1.146	Utente 19	0.000	0.000
Enc. Geral	3.000	0.397	Utente 20	0.000	0.000
Utente 3	0.000	0.000	Utente 22	0.000	0.000
Utente 6	0.000	0.000	Utente 23	0.000	0.000
Utente 4	0.000	0.000	Utente 24	0.000	0.000
Utente 9	0.000	0.000	Utente 25	0.000	0.000
Utente 10	0.000	0.000	Utente 26	0.000	0.000
Utente 11	0.000	0.000	Utente 12	0.000	0.000
Utente 5	0.000	0.000	Utente 27	0.000	0.000
Utente 13	0.000	0.000	Utente 14	0.000	0.000
Utente 7	0.000	0.000	Utente 15	0.000	0.000
Utente 8	0.000	0.000			

Fonte: questionário sociométrico

O grafo seguinte (figura 2) permite a visualização do posicionamento da diretora na rede de apoio financeiro das jovens e, por outro lado, permite também visualizar um relativo afastamento da encarregada geral deste tipo de decisões.

Figura nº2. Grafo da rede de apoio financeiro



Fonte: questionário sociométrico

Relativamente às ego-redes (tabela 2) ficam novamente referidas as considerações tecidas anteriormente neste subcapítulo.

Tabela nº 6: Ego-redes

	Size ⁶⁷	Ties ⁶⁸		Size	Ties
Diretora	27.00	0.00	Utente 14	1.00	0.00
Enc. Geral	3.00	0.00	Utente 15	1.00	0.00
Utente 1	2.00	0.00	Utente 16	1.00	0.00
Utente 2	2.00	0.00	Utente 17	1.00	0.00
Utente 3	1.00	0.00	Utente 18	1.00	0.00
Utente 4	1.00	0.00	Utente 19	1.00	0.00
Utente 5	1.00	0.00	Utente 20	1.00	0.00
Utente 6	1.00	0.00	Utente 21	2.00	0.00
Utente 7	1.00	0.00	Utente 22	1.00	0.00
Utente 8	1.00	0.00	Utente 23	1.00	0.00
Utente 9	1.00	0.00	Utente 24	1.00	0.00
Utente 10	1.00	0.00	Utente 25	1.00	0.00
Utente 11	1.00	0.00	Utente 26	1.00	0.00
Utente 12	1.00	0.00	Utente 27	1.00	0.00
Utente 13	1.00	0.00			

Fonte: *questionário sociométrico*

Em suma, há uma clara evidência do papel central que a diretora da instituição ocupa no apoio financeiro das jovens, designadamente na distribuição de quantias em dinheiro para o seu quotidiano fora da instituição.

6.3 – Rede de apoio material

A rede de apoio material, se a compararmos com a densidade obtida na rede de apoio financeiro, podemos afirmar que a apresenta uma dinâmica mais expressiva e um maior nível de interações entre todos os elementos da instituição. Nesta rede a densidade é de 0.0817.

Relativamente à centralidade da rede, a diretora assume, mais uma vez, um papel bastante relevante. Porém, a monitora da instituição é igualmente outro elo fundamental na interação das utentes. Por outro lado, os dados da tabela 7 permitem-nos também perceber que se verificam interações de partilha de recursos materiais entre todas as utentes, sendo que a diretora e a monitora assumem um posicionamento de destaque na rede.

⁶⁷ Size of ego network

⁶⁸ Number of directed ties

Tabela nº 7: Grau de centralidade

	Degree	NrmDegree	Share		Degree	NrmDegree	Share
Diretora	28.000	90.323	0.250	Utente 20	2.000	6.452	0.018
Monitora	25.000	80.645	0.223	Utente 27	2.000	6.452	0.018
Funcionárias	4.000	12.903	0.036	Utente 16	2.000	6.452	0.018
Utente 5	3.000	9.667	0.027	Utente 9	2.000	6.452	0.018
Utente 24	3.000	9.667	0.027	Utente 11	2.000	6.452	0.018
Utente 10	3.000	9.667	0.027	Utente 2	2.000	6.452	0.018
Utente8	3.000	9.667	0.027	Utente 28	2.000	6.452	0.018
Utente25	2.000	6.452	0.018	Utente 21	2.000	6.452	0.018
Enc. Geral	2.000	6.452	0.018	Utente 3	2.000	6.452	0.018
Utente 26	2.000	6.452	0.018	Utente 1	2.000	6.452	0.018
Utente7	2.000	6.452	0.018	Utente 4	1.000	3.226	0.009
Utente 13	2.000	6.452	0.018	Utente 19	1.000	3.226	0.009
Utente 21	2.000	6.452	0.018	Utente12	1.000	3.226	0.009
Utente 14	2.000	6.452	0.018	Utente 17	1.000	3.226	0.009
Utente 22	2.000	6.452	0.018	Utente 15	1.000	3.226	0.009
Utente 18	2.000	6.452	0.018	Utente 6	1.000	3.226	0.009
				Utente23	1.000	3.226	0.009

Fonte: questionário sociométrico

Relativamente ao grau de centralidade (tabela 8) os dados do *in-closeness* ajudam-nos a sustentar a interação descrita na medida anterior. Contudo, os dados da proximidade também nos ajudam a sustentar a tese de que há uma dinâmica relativa de partilha de recursos materiais entre as utente se atendermos que há registos da proximidade de entrada e de saída em todas as utentes.

Tabela nº 8: Grau de Proximidade

	inFarness	outFarness	inCloseness	outCloseness		inFarness	outFarness	inCloseness	outCloseness
Diretora	39.000	76.000	79.487	40.789	Utente 3	68.000	103.000	45.588	30.097
Monitora	58.000	75.000	53.448	41.333	Utente 22	69.000	91.000	44.928	34.066
Utente 24	60.000	91.000	51.667	34.066	Utente 6	69.000	105.000	44.928	29.524
Funcionárias	61.000	117.000	50.820	26.496	Utente 12	69.000	105.000	44.928	29.524
Utente 18	62.000	105.000	50.000	29.524	Utente 17	69.000	105.000	44.928	29.524
Utente 25	62.000	105.000	50.000	29.524	Utente 15	69.000	105.000	44.928	29.524
Utente 7	62.000	104.000	50.000	29.808	Utente 16	69.000	105.000	44.928	34.066
Utente5	62.000	103.000	50.000	30.097	Utente1	69.000	105.000	44.928	34.066
Utente 20	62.000	91.000	50.000	34.066	Utente 28	86.000	103.000	36.047	30.097
Utente 14	62.000	105.000	50.000	29.524	Utente11	86.000	103.000	36.047	30.097
Utente 9	62.000	105.000	50.000	29.542	Utente 4	88.000	104.000	35.227	29.808
Utente 2	62.000	91.000	50.000	34.066	Utente 27	88.000	91.000	35.227	34.066

Utente8	62.000	91.000	46.269	34.066	Utente 13	88.000	91.000	35.227	34.066
Utente 10	67.000	91.000	46.269	34.066	Utente 19	88.000	104.000	35.227	29.808
Utente 21	68.000	103.000	45.588	30.097	Utente 26	91.000	104.000	34.066	29.808
Enc. Geral	68.000	119.000	45.588	26.050	Utente 23	992.000	74.000	3.125	41.892

Fonte: *questionário sociométrico*

Os dados da intermediação da rede de apoio material (tabela 9) estabelecem um *ranking* dos elementos que assumem um papel “tipo ponte” na partilha de recursos materiais na rede. Aqui fica reiterado o posicionamento da diretora e da monitora como principais propulsores na partilha de recursos na rede.

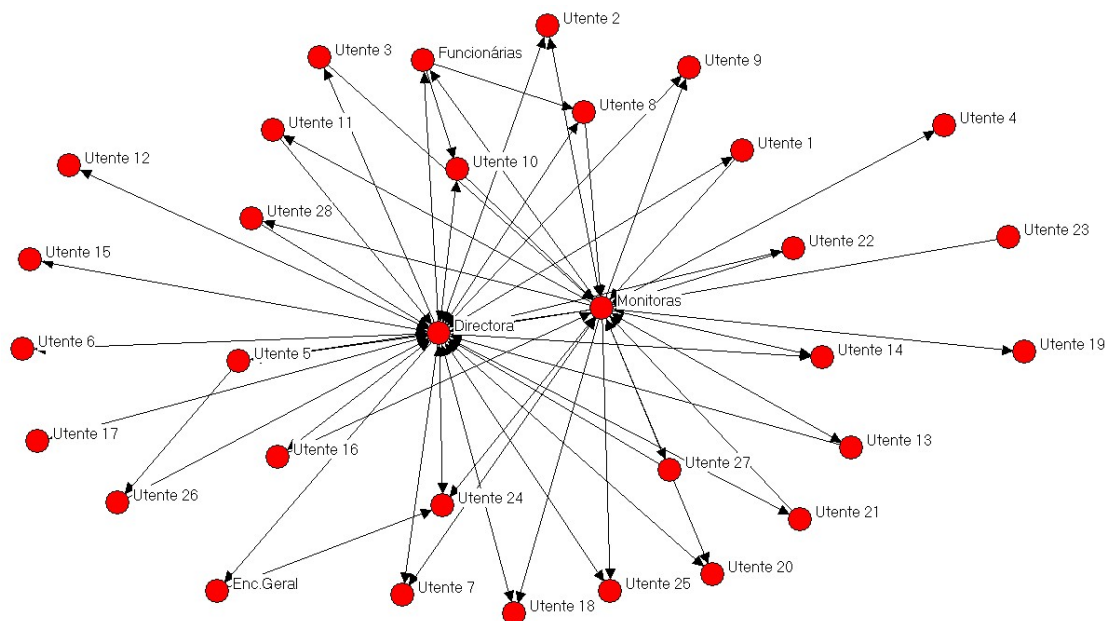
Tabela nº 9: Grau de intermediação

	Betweenness	nBetweenness		Betweenness	nBetweenness
Diretora	621.500	66.828	Enc. Geral	0.000	0.000
Monitora	384.500	41.344	Utente 13	0.000	0.000
Utente 24	37.091	3.988	Utente 26	0.000	0.000
Utente 5	30.000	3.226	Utente18	0.000	0.000
Utente 10	22.091	2.375	Utente 4	0.000	0.000
Utente8	22.091	2.375	Utente 27	0.000	0.000
Utente2	8.091	0.870	Utente 25	0.000	0.000
Utente 3	8.091	0.870	Utente19	0.000	0.000
Utente 7	8.091	0.870	Utente 9	0.000	0.000
Utente 21	8.091	0.870	Utente 17	0.000	0.000
Utente 22	8.091	0.870	Utente 15	0.000	0.000
Utente 16	8.091	0.870	Utente 6	0.000	0.000
Utente 20	8.091	0.870	Utente 12	0.000	0.000
Utente1	8.091	0.870	Utente 11	0.000	0.000
Funcionárias	7.000	0.753	Utente14	0.000	0.000
			Utente 28	0.000	0.000
			Utente 23	0.000	0.000

Fonte: *questionário sociométrico*

Pela visualização do grafo (figura 3), constatam-se os posicionamentos descritos anteriormente por parte da diretora e da monitora. Por outro lado, estão também visíveis algumas interações entre as utentes ao nível da rede de apoio material.

Figura nº3. Grafo da rede de apoio material



Fonte: questionário sociométrico

Os dados da ego-rede que nos fornecem o tamanho da rede e o número de laços permitem consubstanciar os posicionamentos descritos anteriormente.

Tabela nº 10: Ego-redes⁶⁹

Utente 24	3.00	2.00	Utente27	2.00	1.00
Diretora	28.00	31.00	Utente19	1.00	0.00
Monitoras	25.00	36.00	Utente4	1.00	0.00
Enc. Geral	2.00	2.00	Utente7	2.00	1.00
Utente 17	1.00	0.00	Utente2	2.00	1.00
Utente 25	2.00	1.00	Utente16	2.00	1.00
Utente 22	2.00	1.00	Utente9	2.00	1.00
Utente 18	2.00	1.00	Utente1	2.00	1.00
Utente10	3.00	3.00	Utente15	1.00	0.00
Utente 26	2.00	2.00	Utente6	1.00	0.00
Funcionárias	4.00	7.00	Utente12	1.00	0.00
Utente 13	2.00	1.00	Utente 11	2.00	1.00
Utente 21	2.00	1.00	Utente3	2.00	1.00
Utente 14	2.00	1.00	Utente 28	2.00	1.00
Utente8	3.00	3.00	Utente 23	1.00	0.00
Utente 5	3.00	2.00			
Utente20	2.00	1.00			

Fonte: questionário sociométrico

⁶⁹ Size. Size of ego network, Ties. Number of directed ties

6.4 – Rede de apoio afetivo/emocional

Face à sua situação de fragilidade, designadamente por ação da privação do seu agregado familiar de origem, esta rede assume-se como um pilar fundamental no suporte emocional das jovens que se encontram na instituição.

A densidade da rede situa-se nos 0.0989, valor relativamente baixo, situação que indicia que não há um nível de interação muito significativo nesta rede.

Os resultados da centralidade apontam para uma lógica de entreajuda emocional entre as colegas. Procuram uma lógica de apoio afetivo e emocional entre colegas, em detrimento de um apoio mais especializado com se pode verificar pela leitura da tabela 11. Por outro lado, a assistente social que poderia assumir um papel nuclear neste nível de apoio, ocupa um posicionamento muito modesto e menos relevante que as monitoras e a diretora. Em termos comparativos, o posicionamento desta técnica encontra-se no mesmo patamar da cozinheira da instituição.

Tabela nº 11: Grau de centralidade

	Degree	NrmDegree	Share		Degree	NrmDegree	Share
Colegas	20.000	60.606	0.167	Utente20	2.000	6.061	0.017
Monitoras	16.000	48.485	0.133	Utente 7	2.000	6.061	0.017
Diretora	14.000	42.424	0.117	Utente2	2.000	6.061	0.017
Utente11	6.000	18.182	0.050	Utente9	2.000	6.061	0.017
Utente 1	5.000	15.152	0.042	Utente 10	2.000	6.061	0.017
Utente17	4.000	12.121	0.033	Utente14	2.000	6.061	0.017
Utente16	3.000	9.091	0.025	Utente5	1.000	3.030	0.008
Utente 18	3.000	9.091	0.025	Utente15	1.000	3.030	0.008
Utente 24	3.000	9.091	0.025	Utente3	1.000	3.030	0.008
Utente 19	3.000	9.091	0.025	Utente21	1.000	3.030	0.008
Cozinheira	3.000	9.091	0.025	Utente 6	1.000	3.030	0.008
Utente12	3.000	9.091	0.025	Utente 8	1.000	3.030	0.008
Assist. Social	3.000	9.091	0.025	Utente23	1.000	3.030	0.008
Enc. Geral	3.000	9.091	0.025	Utente28	0.000	0.000	0.000
Utente 27	3.000	9.091	0.025	Utente22	0.000	0.000	0.000
Utente 4	3.000	9.091	0.025				
Utente25	2.000	6.061	0.017				
Utente26	2.000	6.061	0.017				
Utente 13	2.000	6.061	0.017				

Fonte: questionário sociométrico

Os dados da proximidade da rede (tabela 12) enfatizam a relação de proximidade que existe entre colegas na rede de apoio afetivo e emocional das jovens.

Tabela nº 12: Grau de Proximidade

	inFarness	outFarness	inCloseness	outCloseness		inFarness	outFarness	inCloseness	outCloseness
Colegas	116.000	123.000	28.448	26.829	Utente5	146.000	153.000	22.603	21.569
Monitora	124.000	127.000	26.613	25.984	Utente21	146.000	153.000	22.603	21.569
Utente1	126.000	127.000	26.190	25.984	Utente15	146.000	153.000	22.603	21.569
Utente 11	126.000	127.000	26.190	26.400	Utente3	146.000	153.000	22.603	21.569
Utente24	130.000	135.000	25.385	24.444	Utente 6	146.000	153.000	22.603	21.569
Utente 18	130.000	135.000	25.385	24.444	Utente 7	148.000	147.000	22.297	22.449
Utente 16	130.000	135.000	25.385	24.444	Utente 9	148.000	147.000	22.297	22.449
Utente4	130.000	135.000	25.385	24.444	As. Social	150.000	149.000	22.000	22.148
Utente27	130.000	135.000	25.385	24.444	Enc. Geral	150.000	151.000	22.000	21.854
Diretora	132.000	131.000	25.000	25.191	Cozinheira	150.000	151.000	22.000	21.854
Utente 13	134.000	141.000	24.627	23.404	Utente 23	154.000	157.000	21.429	21.019
Utente20	134.000	141.000	24.627	23.404	Utente 8	154.000	157.000	21.429	21.019
Utente14	134.000	141.000	24.627	23.404	Utente17	158.000	143.000	20.886	23.077
Utente 26	136.000	141.000	24.265	23.404	Utente19	180.000	137.000	18.333	24.088
Utente 25	136.000	153.000	24.265	21.569	Utente2	180.000	155.000	18.333	21.290
Utente12	144.000	145.000	22.917	22.759					

Fonte: questionário sociométrico

Os indicadores de intermediação enfatizam o papel das colegas na rede de apoio emocional e afetivo. Por outro lado, a monitora e a diretora são igualmente atores preponderante na dinâmica da rede.

Tabela nº 13: Grau de intermediação

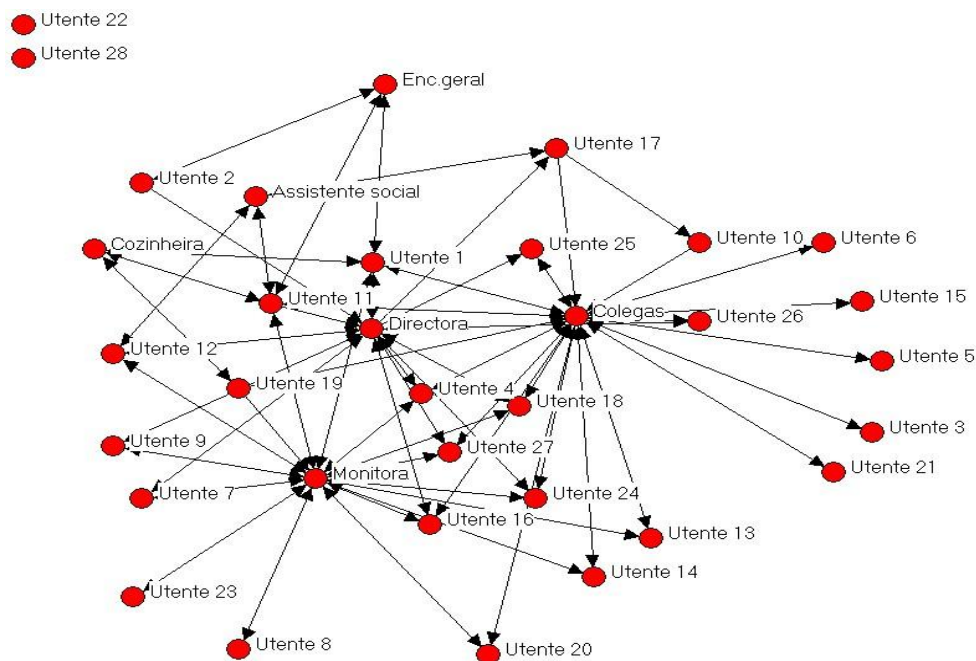
	Betweenness	nBetweenness		Betweenness	nBetweenness
Colegas	460.709	43.628	Utente20	7.231	0.685
Monitora	281.824	26.688	Utente19	6.217	0.589
Diretora	174.488	16.524	Utente7	2.798	0.265
Utente11	122.447	11.595	Utente9	2.798	0.265
Utente1	98.122	9.292	Utente2	2.514	0.238
Utente17	40.827	3.866	Utente25	2.478	0.235
Enc. Geral	36.112	3.420	Utente5	0.000	0.000
Cozinheira	32.697	3.096	Utente22	0.000	0.000
Utente12	17.614	1.668	Utente15	0.000	0.000
Utente24	17.255	1.634	Utente6	0.000	0.000
Utente16	17.255	1.634	Utente21	0.000	0.000
Utente18	17.255	1.634	Utente10	0.000	0.000

Utente27	17.255	1.634	Utente8	0.000	0.000
Utente4	17.255	1.634	Utente3	0.000	0.000
Ass. Social	14.171	1.342	Utente 28	0.000	0.000
Utente26	7.231	0.685	Utente23	0.000	0.000
Utente13	7.231	0.685			
Utente14	7.231	0.685			

Fonte: questionário sociométrico

A figura 4 apresenta o posicionamento de proximidade entre colegas e também o papel relevante da monitora e da diretora da instituição.

Figura nº4. Grafo da rede de apoio afetivo/emocional



Fonte: questionário sociométrico

Os dados da ego-rede (tabela 14) permitem verificar acentuam o papel das colegas na lógica de apoio emocional e afetivo das utentes da instituição.

Tabela nº 14: Ego-rede

Utente24	3.00	0.00	Utente19	3.00	0.00
Monitora	16.00	0.00	Cozinheira	3.00	0.00
Diretora	14.00	0.00	Utente4	3.00	0.00
Colegas	20.00	1.00	Utente7	2.00	0.00
Utente17	4.00	1.00	Utente2	2.00	0.00
Utente25	2.00	0.00	Enc. Geral	3.00	0.00
Utente22	0.00	0.00	Utente16	3.00	0.00
Utente10	2.00	1.00	Utente9	2.00	0.00
Utente18	3.00	0.00	Utente1	5.00	0.00
Utente26	2.00	0.00	Utente15	1.00	0.00
Utente13	2.00	0.00	Utente6	1.00	0.00
Utente21	1.00	0.00	Utente12	3.00	0.00
Utente14	2.00	0.00	As. Social	3.00	0.00
Utente8	1.00	0.00	Utente11	6.00	0.00
Utente5	1.00	0.00	Utente3	1.00	0.00
Utente20	2.00	0.00	Utente28	0.00	0.00
Utente27	3.00	0.00	Utente13	1.00	0.00

Fonte: questionário sociométrico

Em suma, está implícita uma relação de confiança entre as jovens, funcionando este mecanismo como o principal elemento de apoio emocional e afetivo. Por outro lado, há igualmente uma relegação para um papel secundário da assistente social, posicionamento que nos permite afirmar que há um privilegiar da relação de confiança entre pares, em detrimento do apoio técnico especializado.

Por outro lado, importa também destacar a intervenção constante que se verifica por parte da diretora em todas as redes.

6.5 – Rede da relação de proximidade

A rede de proximidade é aqui entendida como uma relação privilegiada que existe entre as utentes. Esta rede apresenta uma densidade muito baixa (0.0347).

Esta rede assume uma semelhança com um alter-ego. Neste caso, há da parte das utentes uma procura das colegas de idade igual para a partilha de ideias, desabafo e uma “espécie” de relação familiar (tabela 15).

Tabela nº 15: Grau de centralidade

	Degree	NrmDegree	Share		Degree	NrmDegree	Share
Colega idade =	13.000	37.143	0.241	Utente2	1.000	2.857	0.019
Colega +nova	4.000	11.429	0.074	Irmã	1.000	2.857	0.019
Colega +velha	4.000	11.429	0.074	Utente12	1.000	2.857	0.019
Utente 21	2.000	5.714	0.037	Utente7	1.000	2.857	0.019
Utente13	2.000	5.714	0.037	Utente15	1.000	2.857	0.019
Utente8	2.000	5.714	0.037	Irmã+ velha	1.000	2.857	0.019
Utente1	2.000	5.714	0.037	Diretora	1.000	2.857	0.019
Utente9	2.000	5.714	0.037	Utente10	1.000	2.857	0.019
Utente4	1.000	2.857	0.019	Colega de quarto	1.000	2.857	0.019
Utente26	1.000	2.857	0.019	Utente11	1.000	2.857	0.019
Utente19	1.000	2.857	0.019	Utente28	1.000	2.857	0.019
Utente18	1.000	2.857	0.019	Utente3	1.000	2.857	0.019
Utente22	1.000	2.857	0.019	Utente23	1.000	2.857	0.019
Utente6	1.000	2.857	0.019	Utente17	0.00	0.00	0.00
Monitora	1.000	2.857	0.019	Utente16	0.00	0.00	0.00
Utente14	1.000	2.857	0.019	Utente25	0.00	0.00	0.00
Utente5	1.000	2.857	0.019	Utente24	0.00	0.00	0.00
Utente20	1.000	2.857	0.019	Utente27	0.00	0.00	0.00

Fonte: questionário sociométrico

Os dados do grau de proximidade (tabela 16) sustentam a relação de proximidade entre colegas de idade semelhante. Por outro lado, os dados do grau de proximidade que se encontram na tabela seguintes são pilares fundamentais para podermos afirmar que as jovens que se encontram na instituição em estudo procuram as suas colegas para o estabelecimento de laços de confiança.

Tabela nº 16: Grau de Proximidade

	inFarness	outFarness	inCloseness	outCloseness		inFarness	outFarness	inCloseness	outCloseness
Colega idade =	547.000	806.000	6.399	4.342	Utente28	1.026.000	636.000	3.411	5.503
Utente1	551.000	818.000	6.352	4.279	Utente22	1.028.000	612.000	3.405	5.719
Utente13	567.000	816.000	6.173	4.289	Utente8	1.190.000	1.190.000	2.941	2.941
Utente19	567.000	816.000	6.173	4.279	Diretora	1.191.000	1.191.000	2.939	2.939
Utente2	567.000	816.000	6.173	4.279	Monitora	1.191.000	1.191.000	2.939	2.939

Utente18	567.000	816.000	6.173	4.279	Irmã	1.225.000	1.225.000	2.857	2.857
Utente4	567.000	816.000	6.173	4.279	Irmã+velha	1.225.000	1.225.000	2.857	2.857
Utente7	567.000	816.000	6.173	4.279	Utente12	1.225.000	1.225.000	2.857	2.857
Utente26	567.000	816.000	6.173	4.279	Utente11	1.225.000	1.225.000	2.857	2.857
Utente20	567.000	816.000	6.173	4.279	Colega de quarto	1.225.000	1.225.000	2.857	2.857
Utente5	567.000	816.000	6.173	4.279	Utente6	1.225.000	1.225.000	2.857	2.857
Utente3	567.000	816.000	6.173	4.279	Utente17	1.260.000	1.260.000	2.778	2.778
Utente10	567.000	816.000	6.173	4.279	Utente27	1.260.000	1.260.000	2.778	2.778
Utente21	586.000	817.000	5.973	4.284	Utente16	1.260.000	1.260.000	2.778	2.778
Colega+nova	1.020.000	617.000	3.431	5.673	Utente25	1.260.000	1.260.000	2.778	2.778
Utente9	1.020.000	604.000	3.431	5.795	Utente24	1.260.000	1.260.000	2.778	2.778
Colega+velha	1.022.000	593.000	3.425	5.902	Utente15	1.260.000	578.000	2.778	6.055
Utente14	1.026.000	636.000	3.411	5.503					
Utente23	1.026.000	636.000	3.411	5.503					

Fonte: questionário sociométrico

Relativamente à intermediação (tabela 17) verifica-se a tendência dos dados descritos nas tabelas anteriores isto é, as colegas de idade igual são fundamentais no estabelecimento de interações sociais entre as utentes da instituição. Há aqui uma espécie de “relação-espelho” entre as jovens na medida em que o fator “idade igual” é decisivo nesta dinâmica da rede.

Tabela nº 17: Grau de intermediação

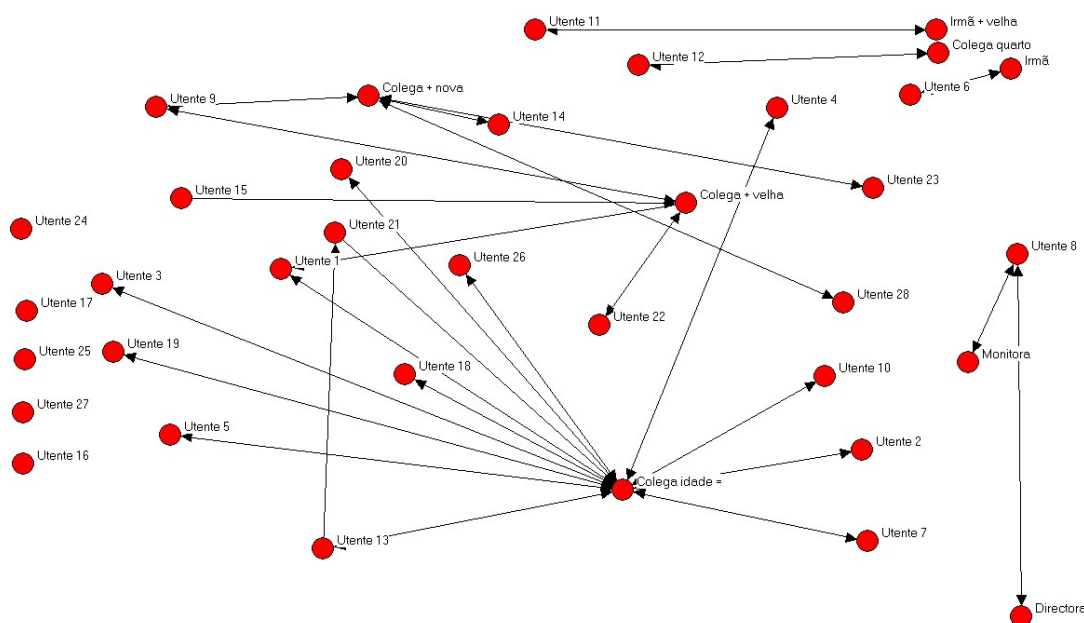
	Betweenness	nBetweenness		Betweenness	nBetweenness
Colega idade=	251.000	21.092	Utente4	0.000	0.000
Colega+ velha	114.000	9.580	Utente7	0.000	0.000
Utente1	104.000	8.739	Utente2	0.000	0.000
Utente9	76.000	6.387	Utente16	0.000	0.000
Colega+ nova	69.000	5.798	Diretora	0.000	0.000
Utente13	20.000	1.681	Utente10	0.000	0.000
Utente8	2.000	0.168	Utente15	0.000	0.000
Utente25	0.000	0.000	Utente6	0.000	0.000
Utente26	0.000	0.000	Irmã	0.000	0.000
Utente17	0.000	0.000	Utente12	0.000	0.000
Utente21	0.000	0.000	Colega de quarto	0.000	0.000
Utente18	0.000	0.000	Utente11	0.000	0.000
Utente22	0.000	0.000	Irmã+ velha	0.000	0.000
Utente24	0.000	0.000	Utente13	0.000	0.000

Monitora	0.000	0.000	Utente28	0.000	0.000
Utente14	0.000	0.000	Utente23	0.000	0.000
Utente5	0.000	0.000	Utente19	0.000	0.000
Utente20	0.000	0.000	Utente27	0.000	0.000

Fonte: questionário sociométrico

O grafo seguinte (figura 5) permite sustentar a lógica da “idade igual”. Por outro lado, ao contrário das outras redes, não se verifica aqui nenhuma relação significativa entre os elementos técnicos da instituição.

Figura nº5. Grafo da relação de proximidade



Fonte: questionário sociométrico

Os dados da ego-rede (tabela 18) sustentam as tendências referidas anteriormente, isto é, as colegas de “idade igual” ocupam um lugar de proximidade privilegiado na interação das utentes.

Tabela nº 18: Ego-rede

	Size	Ties		Size	Ties
Utente24	0.00	0.00	Utente7	1.00	0.00
Utente17	0.00	0.00	Utente2	1.00	0.00
Utente25	0.00	0.00	Utente16	0.00	0.00
Utente22	1.00	0.00	Utente9	2.00	0.00
Colega+ velha	4.00	0.00	Utente1	2.00	0.00
Utente18	1.00	0.00	Utente15	1.00	0.00

Colega= idade	13.00	1.00	Utente6	1.00	0.00
Utente10	1.00	0.00	Irmã	1.00	0.00
Utente26	1.0	0.00	Utente12	1.00	0.00
Utente13	2.00	1.00	Colega de quarto	1.00	0.00
Utente21	2.00	2.00	Utente11	1.00	0.00
Utente14	1.00	0.00	Irmã+ velha	1.00	0.00
Colega+ nova	4.00	0.00	Utente3	1.00	0.00
Utente8	2.00	0.00	Utente28	1.00	0.00
Monitora	1.00	0.00	Utente23	1.00	0.00
Diretora	1.00	0.00	Utente4	1.00	0.00
Utente5	1.00	0.00	Utente19	1.00	0.00
Utente20	1.00	0.00	Utente27	0.00	0.00

Fonte: questionário sociométrico

Em suma, a relação de proximidade entre as utentes sustenta-se numa lógica “tipo-espelho” ou seja, revêm-se nas colegas com a mesma idade.

6.6 – Alguns elementos explicativos

O trabalho etnográfico que sustentou esta investigação, bem como os resultados das redes mapeadas colocam-nos sobre alguns aspetos que sustentam uma permanência bastante significativa das menores na instituição. É consensual entre os responsáveis técnicos que a institucionalização não é a solução para os menores negligenciados, pois dada as carências destas famílias que são apoiadas pelo estado,

“Os serviços deveriam articular-se de modo a resolver as carências, não retirando assim a criança”,

e de acordo com a Diretora Técnica,

“Tendo por base o enquadramento legal, a institucionalização deve ser o último recurso a acionar. Só apos esgotarem-se todas as outras possibilidades é que se deve acionar (tribunal/CPCJ) a medida de institucionalização.”

Em relação ao processo de integração, de acordo com a Assistente Social este é sempre um procedimento complicado na medida em que

“(…) as menores encontram-se numa casa nova, com uma família nova e têm que se adaptar aos espaços e regras. Os primeiros dias são sempre muito difíceis, mas ao longo do

tempo conseguem-se integrar. Isto acontece pois são crianças muito fragilizadas e não respondem às situações como deviam, pois ao mínimo elas ficam melindradas”.

Este processo

“(...) é fundamental no seu percurso na Instituição; é sempre um processo difícil uma vez que existe um afastamento da família e uma quebra com as rotinas até à data instituída.”
(Diretora Técnica).

As meninas são recebidas pela Assistente Social e pela Presidente da Direção que ajudam-nas na integração: mostram as instalações; apresentam-nas às outras menores e às equipas; explicam as regras de funcionamento, e entregam-lhes o Manual de Acolhimento com a informação sobre a FMGSC.

Para que este processo seja encarado da melhor forma, é permitido e definido o contacto entre as menores e a sua família, excepto se existir ordem judicial contrária. Assim, é definido quando há visitas e quando há telefonemas entre as utentes e as famílias e, por vezes as meninas vão de férias com a família.

No que diz respeito a possíveis constrangimentos, por vezes surgem. A nível institucional estes surgem quando existe uma urgência e a informação do caso não é transmitida na totalidade e, existem de acordo com os motivos da institucionalização, duração e circunstâncias. Ao nível pessoal, *“(...) são sempre previsíveis, pois implicam mudanças a título pessoal e no coletivo (nas crianças jovens já acolhidas)”⁷⁰*, mas estes são superados posteriormente, pois de acordo com a Assistente Social, todas as equipas da Fundação Manuel Gerardo de Sousa e Castro trabalham em grupo de modo a colmatar todas as dificuldades que surjam.

Em relação aos apoios que possibilitam o funcionamento da instituição, estes são recebidos através de entidades do Estado e da solidariedade da comunidade geral, pois são imprescindíveis na manutenção de uma casa com tantas carências.

A FMGSC tem como objetivo principal a autonomização das menores e trabalha no sentido de as formar academicamente, de forma a que pensem a longo prazo e que quando deixem a instituição, estejam preparadas para a vida futura.

⁷⁰ De acordo com a Diretora Técnica

Após a desinstitucionalização, as menores costumam manter contacto com a entidade. Não existe nada pré-estabelecido nem é obrigatório. Assim, podemos constatar que as utentes têm necessidade de manter o contacto com a Fundação, pois existe afinidade tanto com as outras utentes como com toda a equipa.

Isto acontece pois as utentes encaram a Fundação como a nova casa e as outras menores são consideradas irmãs. Tendo em conta que muitas das menores são institucionalizadas muito jovens, estão habituadas a conviver com as outras utentes e possuem uma rotina muito própria. Assim, sentem que existe uma afinidade entre as utentes, necessitando de manter o contacto.

Considerações Finais

A análise do fenómeno da institucionalização na óptica das redes sociais, é uma temática que até à data ainda não foi estudada, constituindo assim um estudo inovador e impar.

A bibliografia relacionada foi um desafio, visto ser escassa e ter que ser articulada de modo a ter um seguimento perceptível e coerente até à análise dos dados.

Ao longo desta investigação uma das etapas a atingir consistiu em entender o processo de integração social. Este é feito de um modo mais o mais natural possível de forma a que existam o menos possível constrangimentos. Para tal, a instituição em si tem um papel fundamental na integração das jovens, visto que iniciam uma vida nova, nunca casa nova, com uma “*família*” nova.

No que diz respeito à rede social de pré-integração, esta mantém-se, exceto ordem judicial. No entanto, os contactos começam a ser menos pontuais, pois as jovens têm que respeitar as regras de funcionamento da entidade. Quanto à rede de pós-integração, esta vai-se construindo aos poucos, assim que a menor inicia contactos após algum tempo na instituição.

Relativamente aos objetivos propostos para a presente investigação importa tecer as seguintes considerações:

- a) **Identificar as causas da institucionalização dos menores.** As causas da institucionalização das menores resultam na totalidade de imposições legais, resultantes de disfuncionalidades nos agregados familiares de origem. Por outro lado, a impotência da família nuclear para uma educação funcional pressupõe uma rutura com a rede social de origem (rede familiar) e a sua inclusão numa rede institucional.
- b) **Descrever os vários tipos de rede social das menores.** Na presente investigação foi utilizada uma tipologia que assenta na descodificação das redes de apoio financeiro, rede de apoio material, rede de apoio afetivo/emocional e rede de proximidade.
- c) **Identificar os posicionamentos dos atores que interferem na rede de apoio social.** Com base na tipologia referida no objetivo anterior, constatou-se

que há uma lógica dual na interação. Por um lado, nas questões de carácter financeiro e material, há um posicionamento muito relevante da diretora da instituição. Este ator assume-se como o elemento mais central na dinamização e interação das relações sociais das menores. Por outro lado, quando se tratam de questões de carácter emocional, afetivo e até de proximidade entre pares, verifica-se que as menores recorrem regularmente às suas colegas que se encontram na instituição. Contudo, é com alguma perplexidade que identificamos um posicionamento distante da assistente social face às menores estando, inclusivamente, numa situação de analogia de posicionamento ao nível da cozinheira da instituição. Face ao trabalho etnográfico realizado, explicamos esta situação com uma relação de muita proximidade por parte da diretora na gestão e administração da instituição.

- d) **Identificar o posicionamento dos familiares na rede de apoio social das menores.** Nas redes mapeadas não há identificado qualquer fluxo com os familiares. Esta explicação pode ser analisada em dois prismas. Por um lado as imposições legais da própria institucionalização das menores e, por outro lado, a disfuncionalidade no agregado familiar de origem. Contudo, é pertinente sublinhar que se trata de algum isolamento organizacional das menores, com todos os aspetos positivos e negativos que daqui podem resultar para o equilíbrio social das menores em geral, e no seu processo de socialização em particular.
- e) **Identificar dinâmicas de interação social na rede.** As dinâmicas de interação social estão amplamente centradas na ação da diretora da instituição, principal ator na relação com as utentes. Em termos de intervenção técnica identifica-se uma lógica pendular em que há uma maior relevância para as monitoras e um papel residual para a assistente social.
- f) **Descrever as lógicas de poder e de ação na rede das menores.** As redes de apoio social das menores estão muito centradas na diretora (principal elemento de poder exercido e reconhecido), sendo a intervenção técnica pouco frutífera em termos de sustentação de interações (laços) com as menores.

Por último, importa referir que este trabalho apresenta algumas limitações. Em primeiro lugar a impossibilidade que nos foi colocada para acedermos aos dados sobre a situação familiar de origem para podermos compreender alguns dos aspetos da dinâmica da rede. Por outro lado, estamos perante um estudo numa residência feminina, num micro cosmos muito específico e que importava estudar através da comparação com outras realidades. Assim, em termos futuros, seria fundamental

poder extrapolar esta investigação para outros contextos na tentativa de encontrar regularidades, semelhanças e diferenças nas dinâmicas da rede de apoio social.

Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, J. PINTO, J. (1990). A Investigação nas Ciências Sociais. Lisboa. Editorial Presença;
- ANDRADE, G. VAITSMAN, J. (2002). Apoio Social e redes: conectando solidariedade e saúde;
- AZEVEDO, C. (1994). Metodologia Científica. Porto;
- AZEVEDO, T. RODRIGUEZ, M. (2010). A Criação Do Conhecimento Nas Redes Sociais. VI Congresso Nacional De Excelência Em Gestão Energia, Inovação, Tecnologia e Complexidade para a Gestão Sustentável. Rio de Janeiro;
- BARATA, O. (1990). Introdução às Ciências Sociais. Viseu. Bertrand;
- BIDART, C. (1997). L'amitié - un lien social. Paris. Éditions La Découverte;
- BIDART, C. (2009). En busca del contenido de las redes sociales: los "motivos" de las relaciones. REDES- Revista REDES. Vol 6, <http://revista-redes.rediris.es/>
- BOURDON, R. (1990). Os Métodos em Sociologia. Lisboa. Edições Rolim;
- BOURDON, S. (s/d). Relaciones sociales y trayectorias biográficas: hacia un enfoque comprensivo de los modos de influencia. Revista REDES, <http://revista-redes.rediris.es/>
- CACHIA, R. (2010). Las redes personales a la luz del análisis de redes sociales. REDES- Revista REDES. Volumen especial, <http://revista-redes.rediris.es/>
- CRUZ, M. (2008). Teorias Sociológicas – os Fundadores Clássicos. Volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- DE LA RUA, F. (2010). La perspectiva del interaccionismo estructural para el análisis de redes sociales. Revista REDES, Volumen especial, <http://revista-redes.rediris.es/>
- FERRARI, A. (1983). Fundamentos de Sociologia. São Paulo. McGraw-Hill;
- FIALHO, J. (2008). Redes de Cooperação Interorganizacional - o caso das entidades formadoras do Alentejo Central. Tese de Doutoramento de Sociologia. Universidade de Évora;

FIGUEIRA, E. BALTAZAR, M. SERRANO, M. (2007). Questões Sociais Contemporâneas. Departamento de Sociologia da Universidade de Évora e Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva”;

GIDDENS, A. (2002). Sociologia. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa;

GROSSETTI, M. (2009). ¿Qué es una relación social? Un conjunto de mediaciones diádicas. Revista REDES, Volumen especial; <http://revista-redes.rediris.es/>

Instituto da Segurança Social, I.P. (2004) Convenção sobre os Direitos da Criança. Lisboa;

JARIEGO, I. HOLGADO, D. (s/d). Lazos fuertes y proveedores múltiples de apoyo: comparación de dos formas de representación gráfica de las redes personales. Sevilla. Universidad de Sevilla;

JARIEGO, I. (s/d). Sentido de comunidad y potenciación comunitária. Universidad de Sevilla;

Lei nº 147/99 de 1 de Setembro - Lei de protecção de crianças e jovens em perigo, <http://dre.pt/pdf1s/1999/09/204A00/61156132.pdf> ;

LORETO, M. et al. (s/d). O Papel Das Redes Sociais Na Provisão Das Necessidades Das Famílias Em Situação De Vulnerabilidade Social;

LOURENÇO, M. (2005). Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal- Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza. Direcção Geral da Segurança Social;

LOZARES, C. et al. (2011). Cohesión, Vinculación e Integración sociales en el marco del Capital Social. Revista REDES, <http://revista-redes.rediris.es/>;

MINUCHIN, S. (1990). Famílias: Funcionamento & Tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas,

MOLINA, J. L. (2001). El analisis de redes socialis. Una Introducción. Ediciones Bellaterra. Barcelona;

MOLINA, J. (s/d). El organigrama informal en las organizaciones. Una aproximación desde el análisis de redes sociales. Universidad Autònoma de Barcelona;

- MOLINA, J. L. (2010). Redes 2018. Un ensayo prospectivo sobre el campo de las redes sociales. REDES- Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales. Volumen especial;
- MOREIRA, C. (1994). Planeamento e Estratégias da Investigação Social. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
- PINTO, M. (1985). Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos-Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica. Porto. Afrontamento;
- PORTUGAL, S. (s/d). As coisas, os modos e os laços: O papel das redes informais na provisão de recursos. Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção;
- PORTUGAL, S. (2006). Contributos para uma discussão de conceito de rede na teoria sociológica;
- PORTUGAL, S. (2007). O que faz mover as redes sociais? – Uma análise das normas e dos laços. Revista Crítica de Ciências Sociais;
- QUIVY, R. VAN CAMPENHOUDT, L. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva;
- RODRIGUES, E. (1999). Sociologia- Problemas e Práticas. Celta;
- SÁ, E. ROSINHA, I. CUNHA, M. (2005). Abandono e Adopção. Coimbra: Edições Almedina, SA;
- SILVA, A. PINTO, J. (1986). Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Edições Afrontamento;
- SIQUEIRA, A. BETTS, M. AGLIO, D. (2006). A Rede de Apoio Social e Afectivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. Revista Interamericana de Psicologia, Vol. 40;
- WASSERMAN, G. et al. (2004). Infância e Juventude. Revista do Instituto de Reinserção Social;

Webgrafia

- <http://www2.seq-social.pt/left.asp?03.06.29> acedido a 01-11-11;
- <http://www.analytictech.com/networks/whatis.htm> acedido a 05-01-12;
- http://books.google.com/books?id=CAM2DplqRUIC&pg=PR5&hl=ptPT&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false acedido a 05-11-11;
- <http://www.cnpcjr.pt> acedido a 20-04-12;
- <http://www.insna.org/> acedido a 05-11-11;
- <http://www.fmmportugal.com/beja.html> acedido a 15-09-11;
- <http://www.fundacaomanuelgerardo.pt/> acedido a 10-09-11;
- <http://revista-redes.rediris.es/> acedido a 04-11-11;
- <http://revista-redes.rediris.es/recerca/Egoredes/summercourse/PersonalNetworkAnalysis.ppt> acedido a 30-05-12;
- <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042810018525> acedido a 15-03-12;
- <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00197849/fr/> acedido a 10-03-12;
- http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main acedido a 03-04-12;
- http://www.umiacs.umd.edu/conferences/sbp2011/SBP2011_SocialNetworkAnalysis_TienJonesMcCarty_final.pdf acedido a 15-03-12;